

1041
25 de Abril

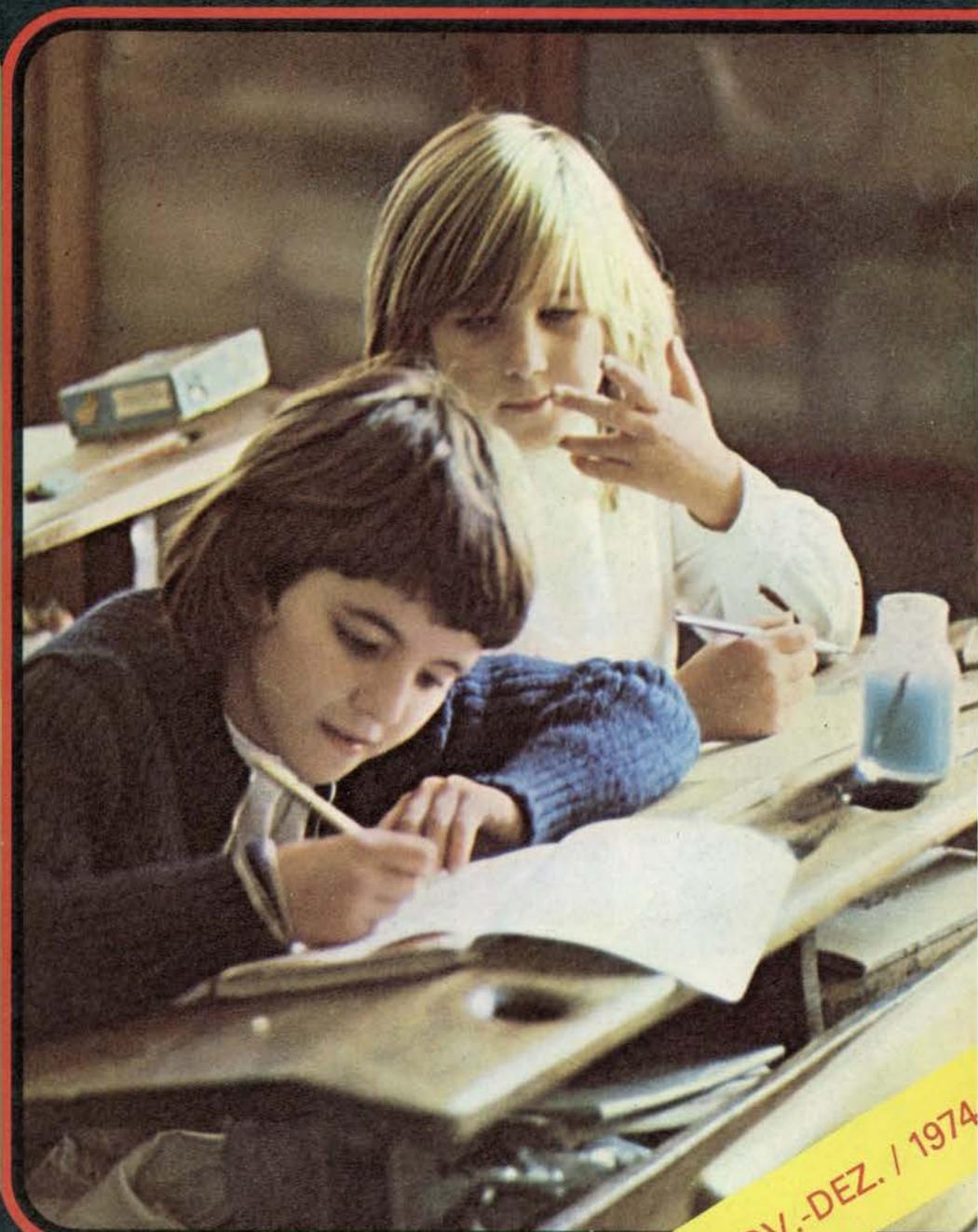
Edição da
SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO



Imigrantes em Portugal



Futebol nacional:
dos "casos" do defeso
aos primeiros pontapés...

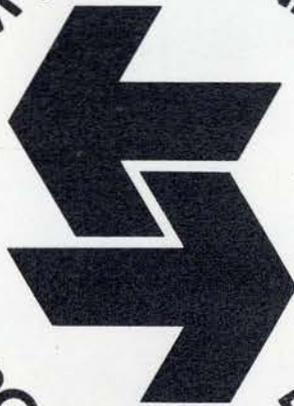


NOV.-DEZ. | 1974

UM POVO UNIDO

DENTRO E FORA DO PAÍS

SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO





4

Os principais acontecimentos em Portugal, de 16 de Março a 14 de Dezembro de 1974

5

Editorial

6



28 DE SETEMBRO:
Os factos e as lições

10



O emprego na economia portuguesa

13



Imigrados em Portugal

18



O ensino do português para filhos de emigrantes

20

Pelo estrangeiro

23



Os portugueses em França

26



Futebol nacional

28

Este mês aconteceu...

36



NATAL 1974

40

Como nos velhos tempos

41

As cartas que nos escreveram...



42



Vasco Gonçalves saúda os portugueses da Califórnia



PORTUGAL 1974

Ano I de uma nova era

Porque 1974 é para nós portugueses um ano apenas com 7 meses e pouco, cá vai a cronologia de alguns dos principais passos para a democracia que já fomos dando:

16 de Março — O fruto extemporâneo: aparentemente por má coordenação, as tropas do R. I. 5 das Caldas da Rainha marcham sozinhas sobre Lisboa, sendo obrigadas a retroceder à entrada da cidade.

Os oficiais comprometidos com este movimento são presos.

Como é evidente, nenhum jornal noticia o acontecimento!

25 de Abril — Golpe de Estado do M.F.A.

As populações invadem as ruas, os soldados recusam-se a obedecer aos seus superiores fascistas, passam-se para o lado do povo.

M. Caetano rende-se.

Os Pides resistem durante toda a noite na sede da Pide em Lisboa, provocando três mortos e quarenta e cinco feridos.

Mas o fascismo já está derrubado!

26 de Abril — A Pide rende-se.

Todos os prisioneiros políticos sem excepção são libertados.

Declaração do general Spínola, nomeado Presidente da Junta de Salvação Nacional, prometendo a «normalização e a liberalização da vida nacional».

O movimento alarga-se a todo o País; por toda a parte o povo abate as estruturas fascistas.

28 de Abril — As fronteiras, fechadas a seguir ao golpe para evitar «reações», são reabertas.

As operações bancárias são limitadas ao pagamento de salários.

Mário Soares, dirigente do Partido Socialista Português, até então exilado em França, regressa a Portugal.

29 de Abril — Ratificando o que já tinha sido feito pelo povo, a J.S.N. decreta a extinção da PIDE-DGS, da Legião Portuguesa, da Mocidade Portuguesa, e da Acção Nacional Popular.

Os governadores de Angola e Moçambique, assim como os governadores civis do continente e ilhas são exonerados dos respectivos cargos.

Amnistia de todos os crimes políticos e reconhecimento do direito à reintegração na Função Pública de todos os servidores civis do Estado, afastados por razões políticas.

Os edifícios, sedes das organizações fascistas, transformam-se em sedes de movimentos democráticos.

São nomeados novos chefes para as Forças Armadas. Os trabalhadores bancários fiscalizam dia e noite as entradas e saídas dos bancos, com o intuito de impedir a fuga de capitais.

30 de Abril — O 1.º de Maio é decretado feriado nacional.

Álvaro Cunhal, dirigente do Partido Comunista Português, regressa a Portugal depois de largos anos no exílio.

1 de Maio — Manifestações imensas em todo o

País celebram pela primeira vez em liberdade a Festa do Trabalho.

15 de Maio — O general Spínola toma posse como Presidente da República.

16 de Maio — Toma posse o 1.º governo provisório.

20 de Maio — Marcello Caetano e Américo Tomás, autorizados pelo general Spínola, partem para o Brasil.

25 de Maio — O salário mínimo nacional é estabelecido a 3300\$00.

— Início das conversações entre o governo português e o P.A.I.G.C.

6 de Julho — Veiga Simão é nomeado representante de Portugal na O.N.U.

9 de Julho — Queda do 1.º governo provisório.

12 de Julho — Criação do C.O.P.C.O.N.

18 de Julho — Toma posse o 2.º governo provisório, de que é primeiro-ministro o coronel Vasco Gonçalves.

11 de Agosto — Grande manifestação de emigrantes em Lisboa.

12 de Agosto — Os Pides presos na Penitenciária amotinam-se.

26 de Agosto — O acordo para a independência da Guiné é assinado em Argel.

27 de Agosto — Lei sobre a greve e o «lock out».

29 de Agosto — Decreto-lei que oficializa a liberdade de reunião e associação.

5 de Setembro — Cessar-fogo «de facto» em Angola.

7 de Setembro — Acordo de Lusaka com a Frelimo que estabelece um governo de transição até Julho de 1975, data em que será formalmente reconhecida a independência desta colónia.

8-11 de Setembro — Tentativa abortada de golpe de Estado reaccionário em Moçambique.

10 de Setembro — Reconhecimento formal por parte do governo português do Estado independente da Guiné-Bissau.

13 de Setembro — Nacionalização dos bancos emissores.

20 de Setembro — Toma posse o governo provisório de Moçambique, constituído por uma maioria de representantes da Frelimo.

26 de Setembro — Substituição oficial dos corpos gerentes das Casas do Povo por Comissões Administrativas.

28 de Setembro — Intentona reaccionária, que se esconde atrás de uma manifestação de uma pseudo «maioria silenciosa», convocada por cartazes anónimos. Resistência enorme em todo o País de todo o povo, que faz abortar a tentativa.

30 de Setembro — Demissão do general Spínola.

11 de Outubro — O governo provisório determina a criação de cursos de ensino básico de portugueses em Paris e em mais setenta localidades francesas, assim como na Alemanha, Luxemburgo e Bélgica.

9 de Dezembro — Começo da campanha de reencenamento para a Assembleia Constituinte.

— O MFA propõe um «Projecto de Reconstrução Nacional».

14 de Dezembro — Dez capitalistas, implicados em actos de sabotagem económica, são presos pelo COPCON.

LIBERDADE

1 — Conforme foi previsto pelo Movimento das Forças Armadas e várias vezes reafirmado pelos seus representantes, o povo português vai eleger, no próximo mês de Março, a Assembleia Constituinte encarregada de elaborar a nova Constituição, isto é, o conjunto de normas que passarão a reger a vida nacional.

Com o fim da ditadura de Salazar e Marcelo Caetano, baseada na Constituição de 1933 (em cuja aprovação até as abstenções contaram como votos favoráveis) importa agora que o país se pronuncie sobre a actual situação política e que uma nova constituição venha consolidar a democracia e as liberdades fundamentais já estabelecidas no programa do M. F. A.. É evidente que o povo já deu a sua palavra, e mais do que a sua palavra, a sua participação activa, quando na manhã do 25 de Abril ou na manifestação do 1.º de Maio saiu para a rua, saudando a democracia, perseguindo a P.I.D.E. ou substituindo os sindicatos fascistas por organizações verdadeiramente representativas dos seus interesses. Mas é necessário que todo esse processo seja legitimado por eleições, para que a ninguém, aqui como no estrangeiro, restem dúvidas sobre a vontade do povo português.

2 — Todos sabemos como a repressão ditatorial reduziu o país ao mais completo obscurantismo, sobretudo nas zonas rurais, a fim de continuar a sua exploração por uma minoria de caciques que detinham nas mãos o poder económico e a decisão política. Todos sabemos também a farsa descarada que constituíram as eleições ao longo desse período.

Se queremos, realmente, que o próximo acto eleitoral traduza a firme adesão do povo português ao processo democrático em curso, impõe-se, desde já, a intensificação da campanha de esclarecimento político que as várias forças democráticas têm vindo a efectuar desde o 25 de Abril. A cada um de nós competirá uma escolha que seja o mais esclarecida possível. Porque há também aqueles que disseram "sim" a todas as arbitrariedades do fascismo, aqueles que se viram, a 25 de Abril, apeados dos seus antigos privilégios e que vêm agora, fardados de campeões da democracia, tentar aproveitar-se das eleições para travar o avanço dessa mesma democracia. E é sobretudo no meio dos emigrantes, onde a informação leva mais tempo a chegar e a vigilância democrática menos se faz sentir, que eles tentam utilizar todas as armas, desde o boato às reivindicações injustificadas, para lançar a confusão e a divisão entre os trabalhadores portugueses. Não será caso para desconfiarmos de quem só agora se lembra de vir gritar por eleições livres?

3 — Muitos dos emigrantes poderão votar nas respectivas áreas consulares. Aqueles que estiverem nessas condições — os que têm filhos menores ou o cônjuge a residir em Portugal e os que emigraram há menos de cinco anos — não deverão de modo algum, deixar de o fazer. Mas fazê-lo implica que se compreenda o alcance desse acto aparentemente simples: um voto, tanto poderá ser uma forma de luta contra o fascismo, que as circunstâncias actuais do país justificam, como um passaporte de regresso para a ditadura. Em Março, as eleições serão livres. O derrubar do aparelho fascista em Portugal assim o permite. Se o voto de todos não apoiar o processo democrático, ninguém poderá dizer como serão no futuro. Ou seja: poderemos estar certos de que não serão livres, como nunca o foram ao longo dos 48 anos de fascismo.

28 de Setembro:

os factos e as lições



Se o 25 de Abril restituiu ao povo português as liberdades políticas de que tinha sido privado em 1926, a vitória de 28 de Setembro deu-lhe a garantia da sua consolidação. Reafirmou a decisão das Forças Armadas de estar ao seu serviço e não às ordens dos seus exploradores. O 28 de Setembro foi a voz do povo erguida contra a reacção que ensaiava nova escalada. É a certeza de concretização da política progressista em que estamos empenhados: democratização do País, descolonização e desenvolvimento económico.

O povo sabia o que estava fazendo quando levantou barricadas por todo o País, impedindo a chegada à capital de agentes da reacção, dispostos a tudo para derrubar a ordem democrática estabelecida. Recapitulemos sumariamente a cronologia dos acontecimentos: o general Spínola, num discurso ao País, manifesta o seu receio pelo avanço das forças progressistas (nomeadamente do PC e do PS) e apela para a vigilância daquilo a que chamou «maioria silenciosa», no sentido de evitar a evolução dos acontecimentos políticos para uma «nova ditadura», desta vez das esquerdas; elementos representativos do patronato e da reacção, «interpretando» fielmente as palavras do então presidente da República, decidem promover uma manifestação de apoio ao general Spínola; chamaram-lhe «manifestação da maioria silenciosa». Bem cedo, porém, os Partidos políticos da coligação governamental se aperceberam do que ela encobria: uma tentativa da reacção para, servindo-se do prestígio que Spínola adquirira com a sua colocação, por parte do Movimento das Forças Armadas, no cargo de presidente da República, sabotar a transformação do País, em que todos nós estávamos e estamos empenhados; poucas horas antes da anunciada manifestação, já eram conhecidas as formas de acção que os fascistas pretendiam utilizar para concretizar os seus intentos: agitação armada, desafio o general Spínola decide apresentar a sua demissão de Presidente; o general Costa Gomes toma o seu lugar.

Que se passava, verdadeiramente, desde o 25 de Abril? Que factores determinaram estes acontecimentos?

directo ao MFA e tentativa de dismantelamento da unidade existente entre todas as forças progressistas; o povo, correspondendo ao apelo das organizações políticas e sindicais, barricara estradas e promoveu toda uma série de acções tendentes a impedir a reacção de lançar o País na desordem; são apreendidas muitas armas, muitos fascistas que caminhavam em direcção a Lisboa verificam que o seu plano falhara; comunistas, sociais-democratas, socialistas, maoistas, democratas em geral colaboraram nesta importante acção de derrubamento da intenciona das direitas; parte do governo, unido ao general Spínola, tenta a realização da «manifestação de apoio», ordenando ao povo que levante as barricadas; esta ordem não foi cumprida, e o povo permaneceu no seu lugar até que a situação se clarificasse completamente;



25 DE ABRIL: UM COMEÇO AMEAÇADO

A democratização do País, a descolonização em África e o desenvolvimento económico, condições definidas pelo MFA e os Partidos políticos como absolutamente indispensáveis para a transformação de Portugal, estavam sendo progressivamente ameaçadas pelo boicote das forças conservadoras. O 25 de Abril parecia transformar-se num «começo» sem grandes perspectivas de desenvolvimento.

Personalidades altamente comprometidas com o regime anterior transitavam dos seus cargos para outros por vezes mais importantes, ou pelo menos não se tomavam medidas para limitar a sua influência; o saneamento encontrava sistematicamente barreiras, levantadas principalmente por representantes das forças de direita, que participavam do poder político como factores de um certo equilíbrio; no seio do próprio governo, da Junta de Salvação Nacional e do Conselho de Estado, esses representantes logravam por vezes um boicote total à acção dos democratas e antifascistas.

A descolonização, por outro lado, era também alvo de ataques sistemáticos da reacção; em Portugal, alguns governantes empenhavam-se em apoiar grupos africanos sem representatividade e em lançar uma campanha de descrédito sobre Mário Soares, acusando-o de ir demasiado depressa (lembramos que o processo descolonizador seguido na Guiné, por exemplo, não podia compadecer-se com as teses federalistas preconizadas por Spínola no seu livro «Portugal e o Futuro»); nas colónias, de resto, pretendia dar-se liberdade de acção a grupos de agitadores e a personalidades comprovadamente retrógradas, cujo objectivo era impedir a restituição da independência aos povos africanos ou provocar a instituição de regimes neo-colonialistas, em que os países subdesenvolvidos dependessem cada vez mais do poder económico das grandes potências (caso de Moçambique, onde inclusivamente a proximidade dos regimes racistas sul-africano e rodesiano poderia pôr em perigo o domínio «branco» no sul do continente).

Como motor de todos estes factores, o capital actuava de forma a provocar o desboreamento da democracia política, tida



como inimiga do sistema capitalista; pretendia-se o retorno ao fascismo, estrutura em que a exploração económica dos trabalhadores se poderia prolongar mais «comodamente».

A articulação do poder político era concretizada de uma forma ambígua: o Governo Provisório, integrado por representantes dos socialistas, dos comunistas, dos sociais-democratas e da direita liberal, via-se constantemente ultrapassado pelo poder de outros órgãos ou pelo próprio poder do presidente; com efeito, o monolitismo presidencialista a que as circunstâncias pareciam conduzir, estava provocando inclusivamente descontentamento no seio do Movimento das Forças Armadas, ele próprio ultrapassado, por vezes, pelos conservadores. Isto conduziu inevitavelmente à agudização dos antagonismos existentes entre o Presidente e o MFA.

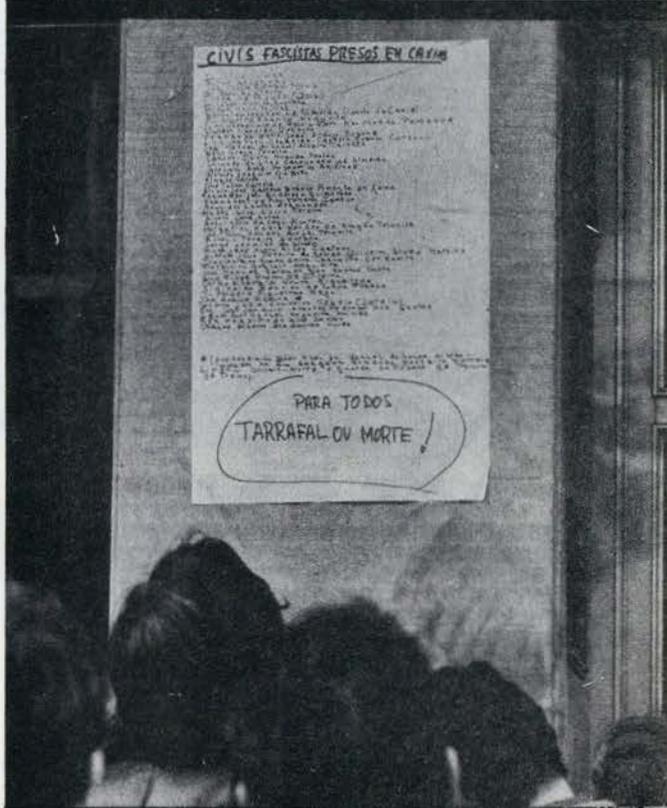
Tudo isto permitia, evidentemente, que a direita reforçasse as suas posições e se reorganizasse. O pretexto foi uma manifestação de apoio ao general Spínola. O objectivo era a destruição da democracia.

O discurso de renúncia do Presidente constituiu o ponto final de um processo de empalmeção das vitórias do povo. Quando um jornalista francês previa, em Maio, a eternização de Spínola no poder, como representante de uma «direita inteligente» capaz de levar o País até ao ponto contemporizador dos interesses da esquerda e dos conservadores, enganava-se redondamente: o povo português compreendeu, ao longo de 48 anos de monolitismo político e quase outros tantos de ditadura salazarista, que o poder político não pode estar nas mãos de um homem: tem de ser exercido por si.

De resto, o pós-28 de Setembro confirma largamente esta percepção: a democratização do país retomou o seu andamento (sem sanear é impossível reconstruir), o processo de descolonização provoca interna e internacionalmente as maiores manifestações de apreço, como se verificou na ONU, no decorrer da estadia do presidente Costa Gomes; e o capital parece ter compreendido que a democracia política não é, por si só, inimiga do sistema...

Concretamente, se o 25 de Abril foi o começo de uma nova vida para o povo português, o 28 de Setembro não significa a estagnação do processo. Ele prosseguirá. O povo português saberá demonstrar a cada momento a sua vontade em construir um Portugal cujo poder político ele mesmo controle e de onde seja banida a exploração do homem pelo homem. Quanto a isto, talvez o 28 de Setembro tenha sido o verdadeiro «25 de Abril»...

«O povo sabia o que estava fazendo quando levantou barricadas por todo o país, impedindo a chegada à capital de agentes da reacção...»





O EMPREGO

na economia portuguesa

No conjunto da população do País é costume abrir-se uma distinção entre a população activa e a população inactiva, analisando-se depois qual a parte da população activa que exerce efectivamente uma profissão, ou seja qual é o emprego.

Em 1973 estimava-se o conjunto da população activa em 3206,6 milhares de pessoas, devendo o emprego efectivo ser de 2985,5 milhares.

Para a diferença entre a população activa, que é aquela que está disposta a exercer uma profissão e o pode fazer, e a população empregada, contribuíam o serviço militar que afastava as pessoas do trabalho normal e o chamado desemprego tecnológico, ou seja o conjunto das pessoas que perdiam os seus empregos por causa de um progresso técnico que levava o patrão a dispensar alguns dos operários.

Durante toda a década de sessenta verificou-se em Portugal um fenómeno muito desagradável

para a economia do País que foi a diminuição constante da percentagem da população activa. Esta diminuição que se processou a um ritmo normal de 0,6 % ao ano atingiu sobretudo a agricultura.

A diminuição do número de pessoas que trabalham na agricultura é, aliás, um fenómeno que ao longo da história ocorreu em quase todos os países da Europa. O avanço da indústria, na maior parte dos casos muito rápido, exigiu um grande aproveitamento da população activa dos países e, como os empregos que se encontrava na indústria eram muito mais bem pagos que os que se encontravam na agricultura, as pessoas tendiam a sair dos campos e concentrar-se nas fábricas.

Esta orientação da população trabalhadora que permitia um grande desenvolvimento dos países, dado o rápido crescimento da indústria, foi, no entanto, contrabalançada na generalidade dos países por um esforço de mecanização

e racionalização da produção agrícola que permitiu que a falta dos trabalhadores que saíam da agricultura não fosse notada. Era, pelo contrário, um processo lógico e que se desenvolvia normalmente.

Em Portugal a situação, no entanto, foi muito diferente. Em 1960, em cada cem trabalhadores portugueses 40 trabalhavam no campo. Em 73 apenas 28 trabalhadores permaneciam no campo por cada cem, o que ainda representa uma percentagem bastante mais alta que a normal nos países da Europa, mas que importa analisar vendo o que se passou nas outras actividades, ou seja, vendo se a saída do sector agrícola foi compensada por um aumento do emprego na indústria ou mesmo nos serviços.

Verificamos que o emprego na indústria aumentou efectivamente nestes últimos doze anos, mas aumentou a uma taxa muito fraca que esteve longe de corresponder à diminuição do sector agrícola: 0,7% apenas. No sector terciário, ou seja no sector dos serviços, como por exemplo o turismo, os seguros e os transportes, pelo contrário, a taxa foi um pouco mais elevada: 2%.

O que aconteceu então aos trabalhadores agrícolas que abandonaram os campos?

Dois em cada três deles emigraram e foram trabalhar para o estrangeiro, formando a grande maioria dos emigrantes portugueses.

Os trabalhadores agrícolas que ganhavam mal e tinham dificuldades em arranjar uma colocação permanente eram forçados, pois, a abandonar o seu trabalho normal, em busca de outro que lhes assegurasse melhores salários.

O atraso da economia do País e o subdesenvolvimento industrial não lhes permitiam encontrá-lo em Portugal e eram forçados a partir para o estrangeiro.



Outra característica clara do emprego em Portugal é o aumento progressivo da importância do emprego de mão-de-obra feminina, em relação ao total da mão-de-obra. Em 1960 as mulheres que trabalhavam seriam umas 13 por cada cem homens, enquanto em 1970 já representavam 26 em cada cem trabalhadores.

Para caracterizar o mercado de emprego importa, ainda, referir o peso relativo dos diversos grupos de idades para ver que progressivamente tem vindo a diminuir a população activa entre os 15 e os 34 anos que no sector masculino já representava em 1973 apenas 30% do total.

A explicação destas duas últimas realidades faz-se em larga medida pelo número de pessoas que cumpriam o serviço militar, fazendo a guerra



colonial, e pelos jovens que saíam do País. Éramos, assim, um País, de onde saía uma grande parte da população e donde saía a mais produtiva parcela da população.

As características do mercado de emprego em Portugal eram, pois, a diminuição progressiva do total da população activa, diminuição esta que atingia particularmente a agricultura e era basicamente motivada pela emigração, aumento da importância do sector de serviços e aumento do peso relativo da mão-de-obra feminina e mais idosa.

Os últimos anos tem acentuado as características que já antes se desenvolviam: diminuição do emprego no sector da agricultura e das pescas e aumento nos transportes e comunicações e principalmente na indústria de construção.

Entretanto, em 1973, reflectindo a diminuição da emigração, dadas as medidas tomadas por muitos países de limitação das entradas de trabalhadores estrangeiros, agravou-se um pouco a diferença entre as procuras de emprego e as ofertas, aumentando o desemprego que foi agravado pela falência de algumas fábricas, em particular no sector dos têxteis.

No princípio de 1974 verificou-se uma diminuição do número de ofertas de trabalho e um aumento da procura, que se veio depois a agravar após o 25 de Abril.

Uma série de despedimentos colectivos efectuados nos últimos meses teve na sua origem diversas explicações: má organização empresarial e más condições da conjuntura económica mundial, vieram somar-se à actuação de patrões habituados a um regime de exploração dos trabalhadores ou de empresas estrangeiras interessadas em lançar o caos económico e assim destruir as conquistas que os trabalhadores tinham alcançado.

Verificaram-se, durante alguns meses perturbações no mercado do trabalho que, no entanto, estiveram longe de ter a importância que certas pessoas lhes atribuíram e nunca



atingiram números graves, antes sendo em tudo semelhantes a números habitualmente verificados mesmo em países desenvolvidos.

A tendência para o agravamento da situação de desemprego tem vindo a diminuir e em Agosto já houve uma redução dos despedimentos em relação a Julho, embora se tenham ainda notado despedimentos no sector da construção civil, da electrónica, da madeira, da cortiça e dos têxteis.

Apesar da situação não ser tão grave como a quiseram fazer, é no entanto verdade que subsistem problemas que poderão ser agravados até ao fim do ano pela desmobilização de militares, nomeadamente. Para os resolver impõe-se uma actuação decidida do governo, investindo para criar os postos de trabalho necessários e impõe-se também a colaboração dos empresários particulares que deverão eles próprios promover o desenvolvimento dos seus projectos de investimento para que em Portugal existam os necessários lugares de trabalho para os que cá vivem e para os que quiserem voltar. Uma actuação enérgica do governo é necessária. Já houve indicações claras que o governo quer resolver o problema, é preciso é que se continue. Um passo importante é a criação de subsídios de desemprego. Mas isto só por si não resolve a situação. Há que actuar para a criação de postos de trabalho. Para erguer um país novo.



Ao contrário do que muita boa gente pensa, também há trabalhadores emigrados em Portugal. Desde 1968, por pequenas levas primeiro, depois em grande número, os trabalhadores cabo-verdeanos começaram a emigrar para Portugal.

Na grande maioria trabalhadores rurais ou camponeses pobres, eles só se decidem a emigrar quando as terríveis secas africanas tornam completamente improdutivo o já escasso naco de terra que cultivam.

Hoje ninguém sabe sequer ao certo quantos são. Dez mil? Trinta mil? Sessenta mil? Todas as hipóteses são verosímeis, mas ninguém sabe!

O grande sonho de quase todos não era ficar em Portugal. Portugal era apenas o trampolim que lhes permitiria dar o salto para França, para a Alemanha ou para a Suíça.

Mas muito poucos dos que conseguiram chegar à fronteira puderam passar. As autoridades recusavam-lhes a passagem e eles não conheciam ninguém para os ajudar.

E aqui foram ficando. Na construção quase todos, nas minas alguns, outros ainda varredores ou serventes nas Câmaras.

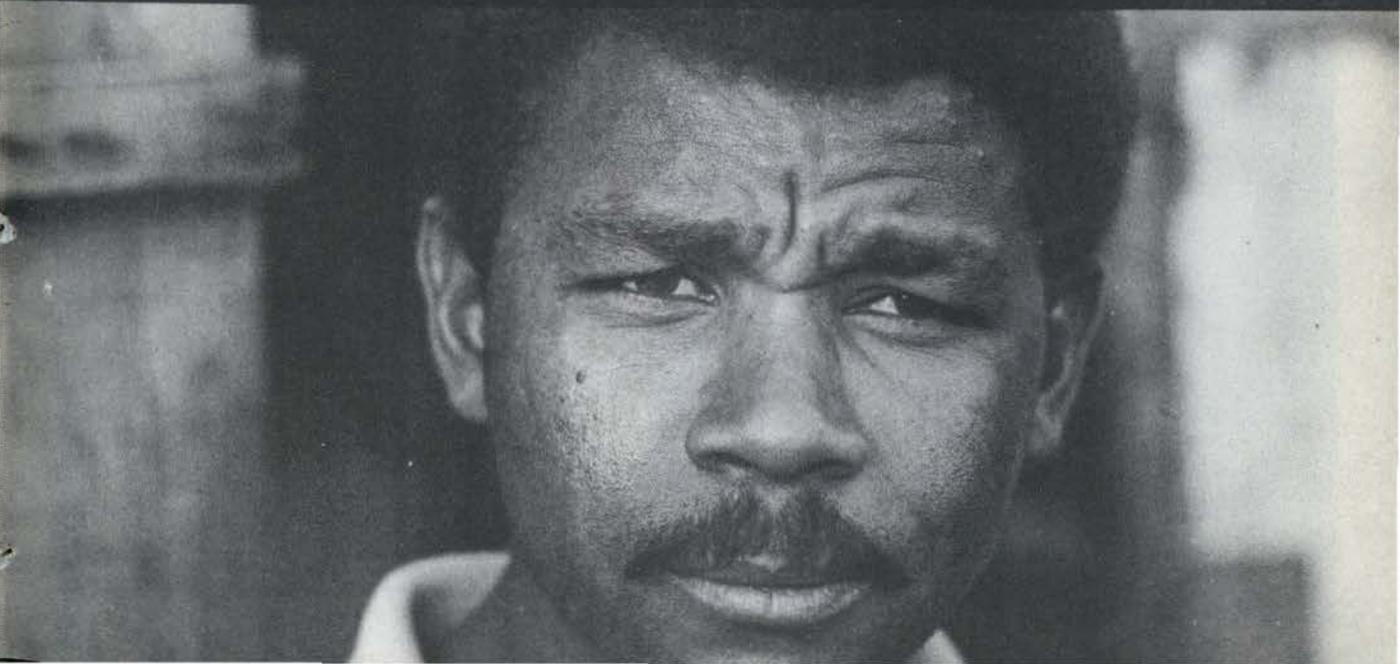
Agora face ao desemprego que alastra, sobretudo na construção civil, também aqui os primeiros a irem para a rua são os emigrados. Logo a seguir ao 25 de Abril os patrões começaram a despedi-los, muitas vezes com esta bela frase: «você querem a independência, não é?! Então arranjem-se!».

A grande maioria decide regressar a Cabo Verde. «As chuvas já começaram» — dizem. — «Talvez seja possível trabalhar».

E lá se vão. Tão de mãos vazias como para cá tinham vindo. Mas levam consigo, embora tenham ainda medo de o dizer, uma esperança nova: a da independência do seu país.

Entretanto, para vos dar a conhecer um pouco os tremendos problemas dos que cá estão ainda, para vos lembrar que o racismo aqui como aí onde vocês estão, não é senão a capa com que os patrões tentam esconder e justificar a sobreexploração das camadas mais desfavorecidas. «25 de Abril» foi vê-los e conversar um pouco com eles.

Imigrados em Portugal



EMIGRANTES PORQUÊ?

«Talvez tenha sido afinal um engano! A vida aqui não é nem pior nem melhor. Não sobra o suficiente para poder mudar de vida muitas coisas...»

Foi nestes termos que um trabalhador cabo-verdeano, actualmente servente numa obra, mas antigamente pedreiro lá em Cabo Verde «porque a terra não dava o suficiente», respondeu à nossa pergunta.

Nem desiludido, nem resignado. Disposto a voltar de novo à sua terra, para recomeçar nova vida. «Se a terra desse, eu ficava na agricultura...».

Só um jovem, antigo marítimo em Cabo Verde se afirmou contente com a mudança. É também servente numa obra e acha que o que ganha aqui e a «vida diferente» que cá se faz compensam tudo o resto. Sobretudo, influenciado por anos e anos de propaganda repressiva, ele acha que nenhum emigrado tem o direito de protestar ou de emitir a sua opinião, «porque está na terra dos outros». Ninguém tem o direito de pensar ou de querer outra coisa do que aquilo que «é a lei»!...



QUEM SÃO?

«Não lhe sei dizer ao certo qual é a média de idade dos emigrantes, mas há uma grande percentagem de jovens e mesmo de menores. Partem de Cabo Verde aos 14, 15 anos e às vezes mesmo aos 13!»

Isto disse-nos Maria dos Anjos, assistente social do C.A.T.U.

Isto mesmo nós verificámos nos contactos que tivémos, no aspecto dos cabo-verdeanos que vemos a trabalhar nas ruas de Lisboa.

São na sua maioria jovens, às vezes muito jovens. A idade mais baixa que nos confessaram foi 16 anos; mas não nos custa acreditar que os jovens sejam tentados a aumentar a sua idade, por medo de não encontrar trabalho. Os mais velhos não devem ultrapassar os 40 anos — embora já tenham muitas vezes o aspecto envelhecido das pessoas que já passaram por muita coisa na vida...

Nisto, como no resto, são homens iguais aos outros...

«Geralmente vivem sós e depois, às vezes, mandam vir as famílias. Mas têm muito poucas possibilidades de o fazer, porque as economias não chegam e para viver só têm as barracas...» — disse-nos também Maria dos Anjos.

E porque são homens como os outros isso dá origem exactamente aos mesmos problemas que têm por exemplo os trabalhadores portugueses na Suíça, que não têm o direito de levar com eles as famílias... ou os trabalhadores portugueses ou árabes em França ou na Alemanha, que preferem fazer o sacrifício de viver sozinhos para poderem amealhar um pouco mais para a família.

A mulher e os filhos, as mães e os pais estão lá em Cabo Verde. Insistindo para que regressem.

E eles cá tentando ganhar uns patacos que dêem para «mudar de vida alguma coisa». Para comprar mais um «poucoquinho» de terra, ou simplesmente para que a família possa comer todos os dias!

COMO VIVEM?

De «casa» para o trabalho. Do trabalho para «casa»... o velho círculo sem saída.

A «casa»:

«Instalações feitas pelas próprias empresas nos locais de trabalho e o que se chama «dormitórios» são autênticos cubículos, onde se empilham caixotes de madeira formando «beliches». Ou então minúsculas barracas feitas de tábuas nos bairros da lata. Nas «camas» (duas ou três tábuas) chegam às vezes a dormir duas pessoas!»

A «cozinha»? Um lume feito com paus de madeira e pinhas, uma velha panela. A água? Dum poço.

Pelo menos foi esta a «cozinha» que encontrámos em Paio Pires. Aquela que vemos, por entre as portas entreabertas das barracas ao pé das obras.

Alguns têm o luxo de um fogareiro a petróleo. Outros têm a «sorte» de poder utilizar a luz eléctrica das obras, lá onde há — ao contrário da maioria que não tem mais luz que a do sol, ou quando muito o candeeiro.

O TRABALHO

Maria dos Anjos — *«Trabalham na construção civil na maior parte dos casos. Quando se é analfabeto!...»*

E também nas minas. Uns quatrocentos e tal nas minas da Panasqueira. Uma média de 85\$00 a 90\$00 por dia antes do 25 de Abril. Uma dura luta pelo melhoramento das condições de trabalho e de vida depois do 25 de Abril.

São serventes nas obras, quase sempre. Ou serventes do lixo nas Câmaras; ou alguns, poucos, operários nas fábricas.

Os salários miseráveis antes do 25 de Abril subiram «um pouquinho» depois. Hoje entre 130\$00 e 150\$00 por dia, em média. Às vezes menos, às vezes, raramente, um pouco mais.

Na Siderurgia, de três contos e pouco antes do 25 de Abril, para seis contos e tal depois de uma greve...

DISCRIMINAÇÃO RACIAL

«Mesmo quando os trabalhadores cabo-verdeanos têm uma profissão, como são a maior parte das vezes analfabetos, isso serve de pretexto a pô-los numa situação diferente da do trabalhador português. Um trabalhador cabo-verdeano pode ser pedreiro, por exemplo, mas se for analfabeto não passa de servente.»

Não há propriamente diferenças de salários, mas um caso de discriminação grave e frequente é o que se verifica com o pagamento das horas extraordinárias. Muitas vezes os patrões não lhes pagam as horas extraordinárias que fazem, o que leva a que, na prática, os trabalhadores portugueses acabem por ficar com salários mais elevados.»

Para saber que há discriminação basta ver as condições de alojamento: têm «dormitórios» e «cozinhas» separados dos trabalhadores portugueses.»

Mas não é só isto. Por toda a parte se verifica uma discriminação no tratamento que lhes é dado. Por exemplo o Regime da Previdência: legalmente há igualdade de direitos para os trabalhadores cabo-verdeanos. Só que muitas vezes os patrões descontam nos salários as quotas para a Previdência e não declaram sequer à Previdência a existência desses trabalhadores.»

Quando eles tentam depois receber os abonos de família, por exemplo, convencidos que a eles têm direito, não têm lá processo nenhum. Quando têm um acidente ou caem doentes são obrigados a pagar do seu próprio bolso as despesas.»

No momento exacto em que íamos a entrar no CATU, vimos alguns trabalhadores cabo-verdeanos fazer sinal a um táxi. O táxi, que estava livre e que viu bem que era chamado, nem sequer se dignou responder «não». Partiu como se nada tivesse visto...

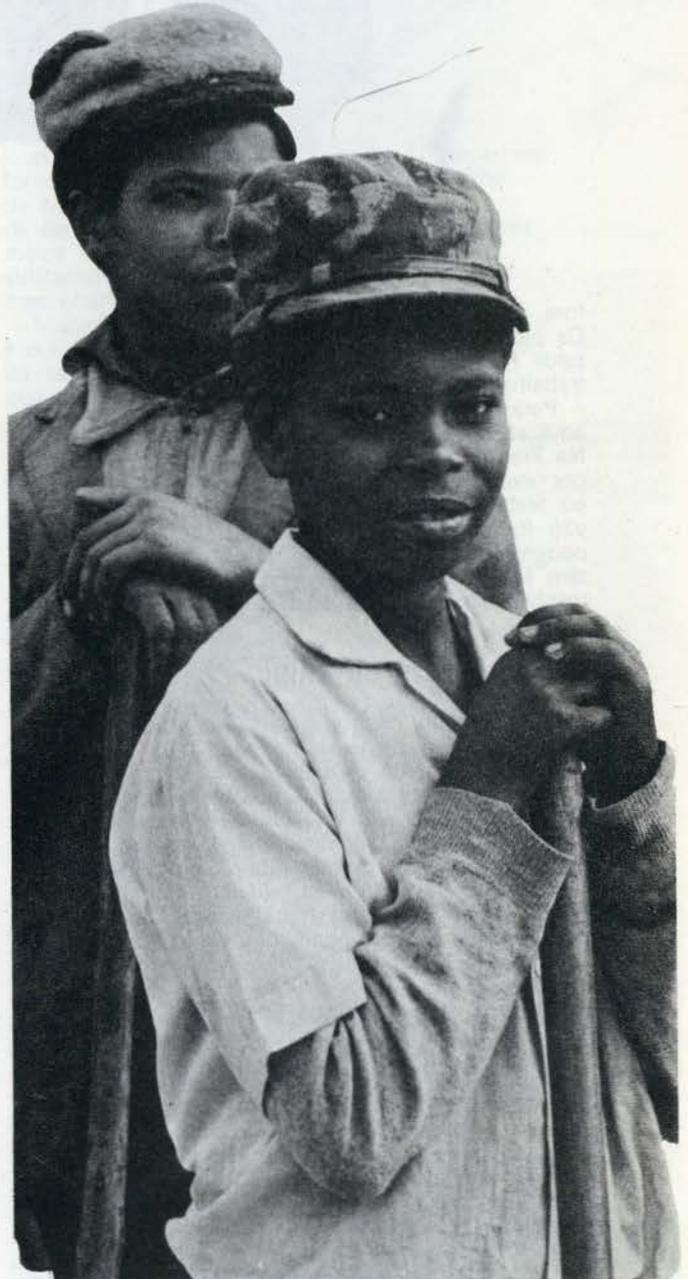
A recusa frequente e obstinada dos trabalhadores cabo-verdeanos em responder à pergunta: Acha que fazem distinção? «Isso não sei...», parece-nos ser uma prova de que a discriminação é uma realidade: eles não ousam acreditar

que a liberdade também chegou para eles.

Um único trabalhador cabo-verdeano nos respondeu a esta pergunta. «Chôfer» no desemprego há mais de um mês, encontra sempre o lugar «já preenchido» quando lá chega. «E eu sei bem que isso não é verdade. Leio os anúncios nos jornais, vou lá logo, é impossível que o lugar já esteja preenchido».

E ele não vê outra razão para essa recusa dos patrões em considerarem, sequer, a sua candidatura que não seja o facto de ele ser cabo-verdeano. O pior é que ele tem onze filhos a sustentar!

Tudo isto que se passa aqui com o pretexto de que os trabalhadores cabo-verdeanos são de uma outra raça, passa-se por esse mundo





fora com todos os trabalhadores emigrados. Os patrões servem-se de tudo o que lhes pode permitir explorar mais um pouco os trabalhadores.

Para justificar isso inventam todos os pretextos: aqui «é porque» são cabo-verdeanos. Na França, na Suíça ou na Alemanha, por exemplo «é porque» são portugueses ou árabes, jugoslavos ou espanhóis! E assim vão fomentando a divisão tanto quanto eles podem entre todos aqueles que no fim de contas têm exactamente os mesmos problemas por resolver e os mesmos obstáculos a abater.

DEPOIS DO 25 DE ABRIL...

O 25 de Abril chegou para todos e por isso mesmo também devia ter chegado para os trabalhadores cabo-verdeanos.

Mas a verdade é que na prática chegou e não chegou. Chegou um bocadinho para aqueles que puderam não ser despedidos, porque trabalhavam numa grande fábrica ou numa Câmara. Aí, de facto, eles puderam melhorar um pouco, como os outros trabalhadores portugueses, as suas condições de vida.

Mas não chegou para os outros todos. Ou chegou «ao contrário».

Como a grande maioria dos trabalhadores cabo-verdeanos trabalham na construção civil, e como os patrões deste sector, receosos da nova situação, receosos de que não os deixassem continuar a especular como antes sobre os terrenos e sobre as casas que constroem, boicotam pura e simplesmente desde o 25 de Abril a construção das habitações que tanta falta fazem ao povo português — eles foram despedidos em massa.

«Foram logo despedidos em grande número» — disse-nos Maria dos Anjos. — «O desemprego

atinge-os em massa hoje. Ainda chegámos a entrar em contacto com os respectivos sindicatos de Setúbal e de Lisboa mas eles não puderam fazer muita coisa.»

...O REGRESSO A CABO VERDE

«A maior parte deles regressa a Cabo Verde, sem qualquer promessa de trabalho lá também. Muitos alegam que regressam porque as famílias os mandaram chamar. Outros dizem que regressam porque têm um pouco de terra, que já começou a chover e que preferem trabalhar as terras do que estar aqui a ganhar sem poder economizar o suficiente para mandar à família.»

Na nossa conversa com os trabalhadores cabo-verdeanos na sala de espera do CATU, encontrámos, de facto, muitos trabalhadores que regressavam a Cabo Verde, mas que ainda tinham trabalho aqui. Por coincidência engraçada os dois desempregados que encontrámos, não queriam voltar a Cabo Verde. Procuravam trabalho aqui e lamentavam-se da enorme dificuldade que tinham em encontrar.

Espantámo-nos disto mesmo perante os presentes que nos explicaram:

— O que aconteceu é que logo a seguir ao 25 de Abril os patrões despediram muita gente. Mas esses já voltaram quase todos para Cabo Verde agora.

— E lá em Cabo Verde, encontram trabalho?

— Isso não sei. Por acaso tenho um compadre meu que partiu, mas ainda não recebi carta dele — respondeu-nos um dos presentes.

— Mas naquela altura havia mesmo muita gente desempregada. Quando houve aquelas greves e aquelas coisas, os patrões aproveitaram e já não lhes deram trabalho.

De facto, um factor importante que julgamos contribuir para este regresso maciço dos

trabalhadores cabo-verdeanos à sua terra é a esperança da independência próxima da sua terra...

Mas se tudo mudou em Portugal, se a liberdade de expressão é hoje uma realidade, os trabalhadores cabo-verdeanos esmagados durante anos e anos pela ditadura de Salazar-Caetano, impiedosa e arbitrariamente sujeitos a toda a espécie de repressão, muito mais gravemente ainda que os trabalhadores portugueses, não ousam sequer acreditar que a hora da liberdade também soou para eles.

E por isso à nossa pergunta: Acha que a independência da Guiné vai mudar alguma coisa em Cabo Verde? A «resposta» era cautelosamente mentirosa: *«Isso não sei... Eu não leio os jornais. Só à noite é que chego*



a casa e abro o rádio...» O máximo que nos disseram foi isto: *«O futuro é que sabe. Eu acho que deve melhorar. É pelo menos essa a minha esperança.»*

Nós não temos medo de dizer que eles nos mentiram ao responder-nos assim. Era fácil ver e compreender que os trabalhadores cabo-verdeanos não só tinham ideias sobre isso, como deviam certamente ter ideias muito assentes. Um deles, rindo-se, respondeu à nossa pergunta em «crioulo», mas recusou-se a traduzir em português o que tinha dito...

Também não temos medo de dizer que compreendemos perfeitamente as razões que levam os trabalhadores cabo-verdeanos a recusar a resposta a esta pergunta.

O problema de Cabo Verde, depois de centenas de anos de dominação colonial portuguesa, ainda continua por resolver.

O C.A.T.U.

«Centro de Apoio ao Trabalhador Ultramarino» foi o pomposo nome escolhido pelo regime de Marcelo Caetano para um organismo de fachada ao qual não eram dados quaisquer meios de ajuda ou de apoio ao trabalhador «ultramarino» — como «paternalmente» se lhes chamava.

Maria dos Anjos falou-nos um pouco do que é o CATU, que ela acha aliás que não tem razão de ser enquanto centro específico. Mas do que ela disse aqui deixamos nota:

«Em relação à criação do serviço há logo de imediato um ponto importante: o serviço foi criado sem objectivos definidos, indo buscar elementos aqui e ali sem lhes dar qualquer articulação.»

Há funcionários de uma data de Ministérios e Serviços que vieram aqui parar. O critério que presidiu à escolha era completamente independente dos fins a que se destinavao Serviço. Funcionários que por uma ou outra razão era «inconvenientes» lá onde estavam eram mandados para aqui. Este é nomeadamente o caso das assistentes sociais do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, cujas propostas e relatórios naquele serviço não interessavam ao antigo regime...

— E quais são as vossas esperanças de modificação das condições de trabalho aqui depois do 25 de Abril?

«Nós apresentámos uma proposta que põe em causa a criação de um serviço especificamente para cabo-verdeanos — que não pode nessas condições, contrariamente àquilo que se afirma pretender, tender à integração do trabalhador cabo-verdeano.»

Ou a integração no seio da sociedade portuguesa se faz efectivamente, e nesse caso não há razão para serviços específicos, ou então cria-se um serviço à parte só para cabo-verdeanos que não leva a integração nenhuma.»

Em toda a actuação que nós pudemos ter até agora, tentámos sempre ligar o problema com os dos trabalhadores metropolitanos. Em todos os cursos de alfabetização que tentámos pôr de pé, por exemplo, integrámos sempre uma percentagem de trabalhadores metropolitanos.»

O ensino do português para filhos de emigrantes

— entrevista com o Dr. Rogério Fernandes,
Director-Geral do Ensino Básico.

Quase todos os dias nos chegam cartas de emigrantes a falar nesta questão: aonde mandar os filhos em idade escolar aprender a língua portuguesa?

É fácil compreender os motivos que levam tantos dos trabalhadores emigrados a levantarem o problema. Muitos deles pensam voltar e gostariam, naturalmente, que os seus filhos, ao chegarem aqui, tivessem possibilidade de arranjar emprego e se integrar o melhor possível na vida do País. Outros têm até problemas familiares, pois os filhos, estando já completamente desligados de Portugal, não compreendem as atitudes dos pais, que continuam a viver e a pensar «à maneira portuguesa».

Impõe-se, portanto, uma tomada de medidas urgentes, no sentido de marcar uma presença portuguesa junto dos núcleos de emigrantes, não com as intenções patrioteiras do antigo regime, que se traduziam apenas no galo de Barcelos, mas sim com o intuito de desenvolver culturalmente essa camada de portugueses e resolver, na medida do possível, os problemas surgidos da situação, já de si ingrata, de compatriotas nossos que têm de ganhar a sua vida ao lado de trabalhadores com uma língua e costumes diferentes dos seus.

Soubémos que alguma coisa estava a tentar resolver-se, a nível oficial. Soubémos, inclusivamente, que estavam a realizar-se reuniões que agrupam representantes do Ministério da Educação e Cultura, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Secretaria de Estado da Emigração para estudar o problema. Resolvemos então falar com o Dr. Rogério Fernandes, Director-Geral do Ensino Básico, para saber alguma coisa dos projectos e das possibilidades do que se está a pensar fazer.

P. — Como sabe, um dos problemas que mais preocupam os emigrantes portugueses é o do ensino da nossa língua aos filhos que levaram consigo. Essa preocupação manifestar-se-á apenas a nível individual, ou existirá entre eles algum movimento no sentido de ser assegurado aos seus filhos o ensino básico português nos países onde se encontram radicados?

R. F. — *Esse movimento existe, efectivamente, sobretudo em França, e precedeu a criação de cursos oficiais. As forças democráticas portuguesas souberam, em grau maior ou menor, despertar esse interesse pela cultura e pela língua nacional. Em muitas «mairies» francesas de esquerda, mais favoráveis por imperativo ideológico e por solidariedade internacional a esse*



desígnio, tinham-se criado cursos para filhos de emigrantes ou para os próprios emigrantes. Foi esse movimento que forçou o regime deposto a criar cursos oficiais. A questão do ensino português no estrangeiro tornara-se uma questão política.

Para resolver esse problema, o regime derrubado pelo 25 de Abril lançou-se numa acção descontrolada, responsável pela grave situação que o ensino básico no estrangeiro atravessa. Situação que estamos a analisar na Direcção-Geral do Ensino Básico com vista a soluções eficazes e não a pseudo-soluções.

P. — Quais são, então, os principais problemas que têm vindo a encontrar?

R. F. — *Os problemas essenciais residem, globalmente, no processo de recrutamento dos professores, e na sua preparação nas garantias profissionais insuficientes que se lhes proporcionam; no funcionamento dos cursos, que, por vezes, subsistem nas condições mais precárias; no carácter dos programas e dos manuais, bem como no seu desajustamento às necessidades reais dos alunos. Por outro lado, é preciso que a frequência dos cursos portugueses contribua para uma inserção escolar frutuosa no próprio sistema escolar do país onde vivem, e não seja um enxerto artificial.*

Ainda neste domínio há outro problema extremamente grave, que é a manifesta insuficiência da rede de escolas no estrangeiro. Estamos muito longe de ter atingido o necessário, pelo que se torna imprescindível realizar um esforço muito acentuado para se assegurar o ensino a todas as crianças portuguesas que vivem além-fronteiras.

P. — E acha que isso não virá dificultar ainda mais a integração dos jovens portugueses nas sociedades em que vivem com os pais? Em que medida é que lhe parece que poderá acrescentar-se o ensino do português à formação que eles recebem nas escolas que frequentam no estrangeiro?

R. F. — O ensino básico português responde às necessidades de uma criança que, vivendo num país estrangeiro, continua, todavia, radicada numa pequena sociedade portuguesa: a sua família. O problema da comunicação é muito importante. Li cartas verdadeiramente dramáticas, de pais portugueses que não podiam comunicar com os filhos, devido à língua. Por outro lado, os regimes de trabalho dos emigrantes impedem, ou dificultam, muitas vezes o convívio dos pais e dos filhos. Estes últimos «estrangeirizam-se» com facilidade, recusando o modo de viver dos pais. Os períodos de férias em Portugal, num país «estranho» e atrasado, são frequentemente dramáticos.

Como se responde a estes problemas? Com uma espécie de escola portuguesa «paralela» sobreposta àquela que é obrigatória no país onde se vive, e ministrada fora das horas normais, quando as outras crianças se recreiam. Isto não favorece nada o interesse dos jovens portugueses, pelo contrário.

Parece-me indispensável, por isto, favorecer um ensino bilingue, uma escola integrada onde a língua e a civilização portuguesa tenham lugar de relevo e onde se mantenha viva a consciência da identidade nacional. Sem chauvinismo, claro está, mas contribuindo para que se apague no espírito do jovem emigrante um certo complexo de inferioridade. Para tanto, é preciso não só ensinar-lhe a nossa língua mas explicar-lhe o seu país, as razões sociais-económicas da emigração, as quais residem na exploração capitalista, ao modo de produção capitalista, e que se mantêm nos países onde são acolhidos e onde o regime capitalista é apenas menos duro do que tem sido o português. Isto exige que se repense a fundo o ensino básico português no estrangeiro, a formação e o regime de trabalho dos seus docentes.

P. — Como é que a Direcção-Geral do Ensino Básico conta levar a cabo essa tarefa?

R. F. — A Direcção-Geral do Ensino Básico não pode fazer milagres (não existem milagres) mas a situação pode transformar-se positivamente a curto prazo. Para tanto, estamos a reorganizar internamente as bases do nosso trabalho e estudam-se planos tendentes a formar comissões pedagógicas nos países de emigração, nas quais estejam representadas, sem discriminação, as forças culturais e políticas progressivas que se empenham na aplicação de soluções concretas. Esses planos estão a concretizar-se e serão em breve apresentados superiormente.

P. — Entre os próprios emigrantes, existem ainda muitos, já adultos, que não sabem ler nem escrever o português. Muitos outros gostariam de ter possibilidades de aprender a língua dos países onde trabalham, pois isso lhes traria nítidas vantagens. Terá já a Direcção-Geral do Ensino Básico pensado alguma coisa que possa fazer pelo ensino de adultos?

R. F. — O ensino de adultos é um problema que nos preocupa mas que não recai, a rigor, na nossa esfera de atribuições. A colaboração da Direcção-Geral do Ensino Básico poderá ser, todavia, bastante útil para a resolução do problema. Não o digo porque sobestime as nossas possibilidades mas por me parecer imprescindível a coordenação de esforços. O ensino básico português no estrangeiro é um aspecto relevante da democratização do ensino. Não há vantagem de qualquer espécie em desarticular ou prejudicar iniciativas. Sobretudo em não contarmos com a energia e a pertinácia de muitos que já deram o melhor do seu esforço à causa do ensino.

serviço militar para emigrantes

São as seguintes as novas determinações ministeriais sobre a passagem à **Reserva Territorial** de emigrantes com mais de 29 anos:

- 1 — Todos os indivíduos com mais de 29 anos, habitualmente residentes no estrangeiro, que se encontram na situação militar de adiados de classificação ou em condições de poder ser adiados, poderão requerer a passagem à Reserva Territorial;
- 2 — Os requerimentos devem ser apresentados no consulado de Portugal da área da residência dos interessados ou, no caso de se encontrarem temporariamente em Portugal, no respectivo Distrito de Recrutamento e Mobilização, ficando sujeitos ao pagamento das respectivas taxas militares;
- 3 — Os requerentes a quem seja autorizada a passagem à Reserva Territorial poderão permanecer por tempo indeterminado em Portugal ou aqui fixar residência.



SUIÇA:

não ao racismo

O partido suíço da Acção Nacional tem promovido várias iniciativas contra a emigração naquele país. A última delas traduziu-se, no passado domingo, dia 20 de Outubro, por um referendo que levava à expulsão, em 3 anos, de 500 000 trabalhadores estrangeiros, caso fosse aprovado.

O resultado foi, porém, negativo, tendo a Acção Nacional conseguido apenas 878 739 votos a favor da expulsão dos estrangeiros, contra 1 689 870 a favor da sua continuação na Suíça, isto é, 66 por cento do total dos votos. De assinalar que a participação no escrutínio foi de 69,6 por cento, o que representa uma taxa elevada para a Suíça.

As razões que se presume terem levado à rejeição do referendo são, fundamentalmente, a consciência de que a partida de grande número de trabalhadores estrangeiros teria um efeito negativo sobre o desenvolvimento capitalista na Suíça e o «prejuízo» que essa saída traria à muito discutível imagem humanitária de que a Suíça se arroga.

«A emigração mês a mês», Outubro 74



REFLEXO NA EUROPA

Ao rejeitar a iniciativa xenófoba, o povo helvético revelou bom senso e uma moderação exemplar. A percentagem dos votos reunidos hoje a favor da expulsão é muito inferior à que foi registada em 1970.

Nos meios oficiais, inequivocamente opostos à medida hoje rejeitada sente-se um grande alívio. A imagem da Suíça no estrangeiro não será empalidecida e não se abrirá uma crise interna grave.

A recusa do eleitorado suíço, apesar das dificuldades económicas, de expulsar metade dos trabalhadores estrangeiros, terá igualmente influência no resto da Europa. Poderia recuar-se, sendo o referendo positivo, o contágio do exemplo. Ora, a inversa, também é possível.

A afirmação de hoje, do eleitorado suíço é ainda reforçada pelo facto de a afluência às urnas ter sido da ordem dos oitenta por cento.

«Diário de Notícias», 21 de Outubro

LUXEMBURGO: os sindicatos cristãos e os emigrantes

No passado dia 23 de Abril, os Sindicatos Cristãos dirigiram ao Governo Luxemburguês uma carta onde expõem longamente a situação dos trabalhadores estrangeiros naquele país e apresentam um programa reivindicativo que nos parece suficientemente válido e que gostaríamos de a conhecer aos nossos leitores. 'Aqui vai, pois, parte do texto dessa carta:

Por estas razões um descontentamento profundo se apossou dos trabalhadores emigrantes e nós reconhecemos que este sentimento é tanto mais perigoso que os interessados não ousam manifestá-lo abertamente. Nós devemos compreender que não é a caridade que eles reclamam, mas uma situação marcada de humanismo e justiça.

Eis aqui, a título de exemplo, uma série de discriminações de que os trabalhadores se queixam e as medidas, em vista, para pôr termo à situação injusta em que se encontram:

1 — Um salário decente, sobretudo na construção, trabalhos públi-

cos, hotelaria, clínicas e hospitais;
2 — Atribuição de salário correspondente às suas qualificações profissionais.

3 — Respeito absoluto dos contratos de trabalho.

4 — Supressão das discriminações de toda a espécie de que é vítima o pessoal ocupado nos hotéis, clínicas e hospitais, na agricultura e casas particulares.

5 — Contrôlo oficial eficaz em todos os serviços e empresas e em todos os «chantiers», no respeitante à segurança, higiene, horários efectivos e condições de trabalhos.

6 — Criação urgente dum centro de readaptação profissional no interesse dos trabalhadores acidentados no trabalho.

7 — Reconhecimento do direito à representação sindical no seio das empresas.

8 — Abolição completa e efectiva de todo o «aluguer» de homens e assimilação total em matéria de direito no trabalho.

9 — Organização de estágios de formação profissional de diversos géneros, como os que se fazem já no sector da construção.

10 — Favorecer e facilitar, permanentemente, por meio de medidas concretas e eficazes, a inserção dos trabalhadores emigrantes e suas famílias na sociedade luxemburguesa.

11 — Atribuição de alojamentos decentes de preço moderado em comparação com os salários ganhos pelos emigrantes.

12 — Facilitar a obtenção de créditos aos trabalhadores emigrantes que desejem adquirir um alojamento.

Este direito deve acompanhar-se do direito ao alojamento familiar, à falta do qual ele é apenas ilusório. Existem ainda, por todo o lado, dormitórios imundos, caves alugadas a peso de ouro, barracas transformadas em miseráveis pardieiros onde os trabalhadores estrangeiros se amontoam e onde se arriscam ao contágio da tuberculose e outras doenças. É um facto comprovado os trabalhadores emigrantes adquirirem no nosso país doenças, na realidade, benignas, mas que as condições de habitação e de vida podem fazer evoluir perigosamente.

Seria necessário que as autoridades públicas vigiassem constantemente os alojamentos dos estrangeiros, lutando eficazmente contra todos os alojamentos insalubres e tomando providências para o realojamento nos casos necessitados. Todos os abusos dos que alugam deverão ser radicalmente impedidos num breve prazo. A repressão deveria

mesmo visar severamente todas as cantinas luxemburguesas e estrangeiras que tiram um proveito escandaloso na exploração dos estrangeiros desprezados.

13 — Continuação do seguro-doença durante um período mais longo quando os trabalhadores emigrantes partem de férias para o seu país de origem.

14 — Simplificação das «voltas a dar» de todo o género, especialmente em caso de doença prolongada ou de recaída após um acidente de trabalho.

Para informar os emigrantes sobre os seus direitos e meios de acção, para amparar até ao fim nas suas diligências as autoridades deviam instalar por todo o lado um «guichet administrativo único», isto é um só lugar para as diferentes formalidades administrativas, sociais, etc., no interesse das famílias dos emigrantes durante toda a sua permanência no Grão-Ducado.

Verdadeiros trabalhadores sociais, deveriam estar nesses lugares à disposição dos emigrantes para lhes facilitar a adaptação no nosso país.

15 — Atribuição de abonos de família e prémio de nascença segundo as tarifas do Grão-Ducado.

16 — Organização da representação e consultação dos emigrantes em todos os organismos que se ocupam dos problemas dos trabalhadores emigrantes e das suas famílias.

17 — Elaboração e efectivação duma política melhor adaptada do ensino para as crianças dos emigrantes, que lhes ofereça, no futuro, a possibilidade de frequentarem a Escola Europeia, tendo como línguas de base o francês e o alemão, ajuntando a língua do país de origem.

18 — Estabelecer subsídio às famílias que actualmente são obrigadas a enviar os seus filhos para o estrangeiro no prosseguimento de estudos, por exemplo, a Arion.

19 — Organizar cursos acelerados de língua francesa adaptados aos trabalhadores emigrantes e às suas mulheres. A boa vontade não é o bastante para conseguir a alfabetização. São precisos métodos adaptados, conscientes do objectivo que permita aos emigrantes uma adaptação e introdução na vida do Grão-Ducado para poderem assumir as suas responsabilidades no país.

20 — Melhoria no acolhimento dos trabalhadores emigrantes e de sua família. Centros de acolhimento mais numerosos, com trabalhadores sociais, devem ser criados, que possam realmente ajudar em per-

manência os isolados e suas famílias a preencher as formalidades, a encontrar uma habitação, e mais tarde, a facilitar a sua adaptação na vida do país com serviços concretos e não apenas com informações.

21 — Supressão das medidas de interdição de permanência aos indivíduos naturais de Cabo Verde.

22 — Decisão de acordar o exílio a todos os que o peçam, como por exemplo no caso dos jovens portugueses que recusem fazer a guerra colonial.

23 — Organização sistemática de esforços constantes no interesse da realização da solidariedade entre os trabalhadores luxemburgueses e os emigrantes, a fim de facilitar aos últimos o desafogo total na sociedade luxemburguesa graças à ajuda permanente e activa das autoridades do Grão-Ducado de Luxemburgo.

É preciso, sobretudo, que as autoridades políticas façam tudo para evitar que os emigrantes se inquietem quanto ao futuro de seus filhos, aqui ou no seu país. No plano político uma força de representação deve ser procurada para que os emigrantes possam dar a sua colaboração e se façam ouvir, por exemplo nos comités consultivos de emigrantes, no plano municipal ou nacional.

Abono de família na R. F. da ALEMANHA

1 — Actualmente e, até 1 de Janeiro de 1975, o montante do abono de família pago aos emigrantes ou quaisquer outros trabalhadores pelos seus filhos, mesmo que estes não residam na Alemanha, é o seguinte:

- 1.º filho — Não tem direito
- 2.º filho — 26 DM
- 3.º e 4.º filho — 60 DM
- 5.º filho e mais — 70 DM

2 — Convém notar que, se os filhos de trabalhadores portugueses residem em Portugal, o direito ao abono cessa aos 18 anos, não obstante, para os que residem na Alemanha, o abono de família ser pago até aos 25 anos, caso se mantenha a situação escolar ou de impossibilidade de angariar o seu próprio sustento.

3 — A partir de 1 de Janeiro de 1975, começará a vigorar o novo regime de abono de família o qual se traduzirá, para os filhos residentes na Alemanha em:

- 1.º filho — 50 DM
 - 2.º filho — 70 DM
 - 3.º filho e mais — 120 DM
- e, para os filhos residentes em Portugal em:

- 1.º filho — 10 DM
- 2.º filho — 25 DM
- 3.º e 4.º filho — 60 DM
- 5.º filho e mais — 70 DM

4 — O limite de idade até ao qual passa a ser pago o abono de família, mesmo no que respeita aos filhos residentes no país de origem sobe para os 25 anos, no caso de estes se encontrarem em período de formação profissional ou escolar ou em caso de insuficiência física ou mental que não lhes permita angariar o sustento pelos seus próprios meios.

5 — Estas alterações à Convenção Luso-Alemã sobre Segurança Social e ao respectivo Acordo Complementar, foram acordadas em Setembro deste ano por representantes oficiais portugueses e alemães. Apesar de discriminação em que o novo regime se traduz para os trabalhadores, não foi possível à delegação portuguesa impor outra solução.

RENOVAÇÃO DE PASSAPORTES

Se vier de férias a Portugal, ou se por qualquer outra razão vier a Portugal e se entretanto o seu passaporte de emigrante caducar, **renove durante o primeiro mês da sua estadia aqui**. Isto é muito importante para evitar complicações e aborrecimentos, sobretudo se vive em França, Alemanha ou na Holanda. Não se esqueça!





CANADÁ:

condições para emigrar

As pessoas que desejem instalar-se no Canadá, têm que provar a partir de agora, que têm um emprego aqui, ou que têm a intenção de exercer uma profissão designada, senão perdem dez pontos na sua fórmula de emigração.

Por outro lado, os candidatos à emigração só receberão os pontos previstos no regulamento para a emigração se tiver sido previamente apurado que nenhum residente canadiano ou permanente está disponível para o lugar reservado.

O Ministro da Mão-de-Obra e da Emigração, Robert Andras, deu a conhecer estas novas medidas restritivas, ontem, nas Comunas, com o fim de equilibrar a taxa de emigração e as possibilidades de emprego.

Os novos regulamentos não se aplicarão, no entanto, às pessoas a cargo, isto é, aos parentes próximos, como o esposo ou a esposa, o noivo ou a noiva, os pais ou avós de mais de 60 anos, os irmãos, irmãs, sobrinhos ou sobrinhas que tenham até 18 anos de idade e que venham para junto da família já cá instalada.

Esta categoria de emigrantes não precisa aliás de «pontos» para ser admitida no Canadá, enquanto que os outros pretendentes devem ter pelo menos 50 «pontos» antes de serem aceites.

O ministro lembrou que o fluxo emigratório teve um aumento considerável nos últimos meses; de Janeiro a Junho de 1974 o número de candidatas a emigrantes para o Canadá foi superior em 48% ao número já considerável de 1973.

EQUILÍBRIO NECESSÁRIO

Ora, perante uma tal afluência e as perspectivas pouco encorajantes no capítulo do desemprego, o go-

verno achou por bem restabelecer a equação emigrantes-empregos, não perdendo de vista, ao mesmo tempo, as necessidades suplementares de casas, de escolas e de serviços sociais que reclamam igualmente estes novos canadianos.

«É importante sublinhar que o governo tem que se preocupar com o bem-estar dos emigrantes eventuais, como do bem-estar dos nossos próprios concidadãos», disse o sr. Andras.

«O governo daria prova de inconsciência, se admitisse mais emigrantes do que os que o país pode receber, quando se corre o risco de que lhes faltem as condições de vida essenciais tais como emprego, alojamento e serviços sociais.

Quanto aos refugiados, às pessoas perseguidas ou exiladas, o Canadá continuará a ajudá-los e a tratá-los com compaixão por razões de ordem humanitária.»

Em suma, precisou o ministro, a nova política funda-se em três princípios de base: a) aplicação universal e não discriminatória dos critérios de selecção; b) reunificação das famílias e c) satisfação das necessidades do mercado de trabalho canadiano.

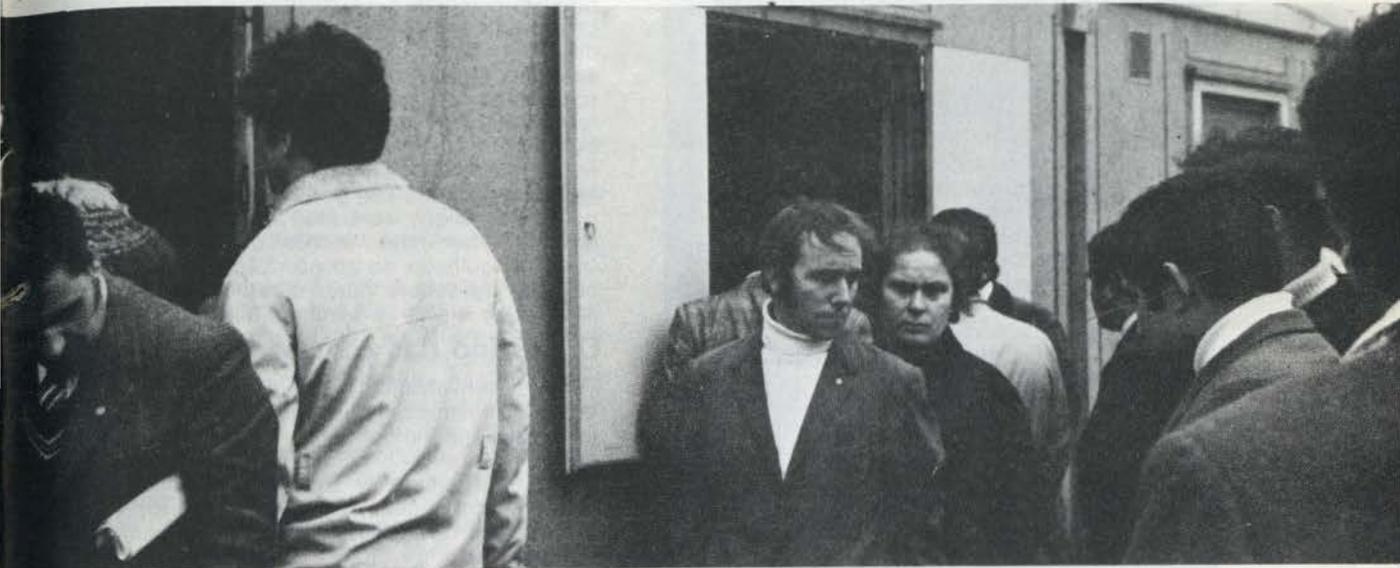
A OPOSIÇÃO

Nas suas explicações preliminares, o ministro teve o cuidado de mencionar que «o objectivo do governo não é o de diminuir o volume da emigração, mas o de abrandar o aumento da emigração».

Os porta-vozes da oposição, de uma maneira geral, acolheram bem a declaração do ministro R. Andras, sobretudo no que diz respeito à reunificação das famílias e à ajuda aos refugiados.

em
OS PORTUQUÊSES

França *Alguns problemas.*



O eng.º Pedro Coelho e o alferes Geraldês, da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas, estiveram em França durante seis dias. «25 de Abril» atento à importância desta viagem esteve com eles e procurou ao longo da viagem ver os problemas que os emigrantes portugueses se colocam neste momento e aqueles que lhes são colocados.

Foi, aliás, este um dos objectivos da viagem do Secretário de Estado da Emigração: ver os problemas dos emigrantes e discuti-los com eles. Outro objectivo foi o de levar até eles uma informação tão completa quanto possível do que se passa em Portugal.

Quando se está longe, a informação não é fácil e muitos são os que a deturpam. O regime fascista de Marcelo Caetano tinha um aparelho de informação bem montado e todos os dias fornecia às pessoas uma informação falsa sobre o País. Este aparelho que funcionava aí junto dos emigrantes ainda não desapareceu totalmente. Há ainda os nostálgicos do antigo regime, os privilegiados e os exploradores que queriam que se voltasse a instalar um regime que os protegesse a eles e não aos que trabalham e na luta diária procuram melhorar a sua situação.

Este aparelho funciona muitas vezes no sentido de caluniar a actuação dos responsáveis pela vida portuguesa. Nunca funciona no sentido de dar a imagem real daquilo que se passa no nosso País e de quais são as intenções do Governo e do Movimento das Forças Armadas. Foi esta intenção que levou o Secretário de Estado da Emigração e o alferes Geraldês a França, onde longamente expuseram os propósitos de democratização do País e a actual situação portuguesa e onde falaram, largamente, da atenção que lhes merecem os emigrantes.

O M.F.A. e os emigrantes

Ao longo dos dias que permaneceram em França, muitas foram as reuniões em que participaram e muitas foram as visitas que tiveram ocasião de realizar. Em comícios ou nos locais de habitação e recreio dos emigrantes, houve a preocupação de um contacto permanente e tão completo quanto possível. Houve, também, e sobretudo, a preocupação de discutir os problemas e de os ouvir da boca daqueles que os conhecem. Antigamente é que os problemas eram solucionados nos Ministérios por quem tudo sabia e tudo podia. Agora é na análise com os interessados que começa a surgir a solução.

A solução dos problemas dos emigrantes é um ponto central nas preocupações dos responsáveis pela política portuguesa. Disse-o o alferes Manuel Geraldês repetidas vezes: «Os emigrantes foram uma das principais razões



porque se fez o 25 de Abril. Ao preparar a revolução os oficiais lembravam-se sempre dos portugueses que foram obrigados a sair do País.»

Objectivo de um Governo que se pretende ao serviço do povo português é, pois, o regresso dos emigrantes. Regresso que ninguém pensa, no entanto, que seja possível para já. «Não queremos oferecer a miséria aos que fugiram para escapar à miséria», disse o Secretário de Estado da Emigração. Há, no entanto, toda uma série de actuações a curto prazo que se podem desenvolver desde já para a protecção dos portugueses que trabalham no estrangeiro. Na revisão dos acordos de emigração com os países com quem já existem e na celebração de acordos com países com quem ainda não existam, por exemplo, pode-se encontrar um bom caminho para iniciar uma nova política face aos emigrantes portugueses.

Um apoio constante aos emigrantes, um esforço para os ligar ao País são objectivos do Secretário de Estado da Emigração que se concretizam nos inúmeros contactos que vem desenvolvendo. Nas reuniões que efectuou no Verão em Portugal com os emigrantes em férias, nas que efectuou no Canadá, na Bélgica, no Luxemburgo e agora na França.

Para quando o regresso?

Na França os portugueses presentes eram muitos, vinham depois de muitas horas de trabalho, alguns faziam centenas de quilómetros para chegar às reuniões como disse um deles em Orleães. Mas um membro do Governo que os visitava nos seus locais de trabalho, isso era para eles uma novidade total e o sinal evidente do novo Portugal que eles não queriam perder, até porque os problemas que tinham para expor

eram muitos e a esperança que eles sejam resolvidos grande.

Um dos problemas mais focados ao longo de todas as reuniões foi o da possibilidade de regresso ao País e das possibilidades de obter uma colocação. O Secretário de Estado expos claramente a linha do Governo. Não é, ainda, possível o regresso. O 25 de Abril embora tenha criado as condições objectivas para o desenvolvimento do País, não criou, só por si, as condições de trabalho que permitam a dois milhões de pessoas que labutam no estrangeiro reencontrar um lugar para trabalhar em Portugal. Neste aspecto foi particularmente focada a necessidade de desenvolvimento regional, pois que um dos grandes problemas do nosso País é que, se Lisboa e o Porto sempre se desenvolveram relativamente, o resto do País ficou mergulhado no atraso. Não há fábricas, há uma agricultura muito atrasada. Todos os emigrantes ainda se lembram disto.

O destino das remessas

No desenvolvimento das diversas regiões do País as remessas dos emigrantes podem, aliás, ter uma grande importância. Em vez de ficarem nos bancos privilegiando os capitalistas, poderão perfeitamente ser aplicadas em investimentos regionais que permitam superar as dificuldades das zonas. Assim, os emigrantes poderão quando voltarem ao País encontrar facilmente onde se colocar.

O problema das remessas é, aliás, um dos que mais preocupa os emigrantes que não pretendem continuar a ver o seu dinheiro aproveitado pelos bancos dos capitalistas. Para responder aos seus anseios, a Caixa Geral dos Depósitos, banco do Estado, onde os seus depósitos terão



a protecção devida e a remuneração que merecem vai desenvolver uma ampla rede de agências em França.

Um outro problema que preocupa os emigrantes é o dos consulados, onde os emigrantes são mal recebidos e que não estão ao seu serviço. As inúmeras dificuldades técnicas que se colocam à substituição dos funcionários estão, no entanto, a ser superadas e os funcionários em relação aos quais se provar corrupção, mau serviço, ou desinteresse pelos problemas dos emigrantes serão saneados. A administração fez-se para servir o povo português e não para o explorar. O consulado de Paris é um exemplo típico do consulado onde já foi substituído o responsável e que se prepara para iniciar uma nova linha de actuação decididamente ao serviço dos emigrantes.

Outro problema muito grave que se coloca a muitos emigrantes é o do ensino dos filhos. Todos querem que os filhos aprendam português e todos pensam no que será a vida dos filhos quando regressarem a Portugal se não souberem ler e escrever português. Muitos tentaram resolver o problema através do seu esforço individual ou colectivo. Criaram, por si mesmos, escolas, arranjam professores que se sacrificam para ensinar português às crianças. Deparam-se sempre com a maior indiferença quanto aos seus esforços. Situação que tem de se modificar agora e que pela certa se vai modificar.

O ensino do português fora das horas normais de estudo é em qualquer caso um esforço exagerado para as crianças que têm de sacrificar as suas horas de recreio para estudar português e que também não lhes resolve o problema na escola francesa onde têm dificuldades em progredir.

Ainda a questão da tropa

Outro problema muito delicado e para o qual o alferes Gerales prometeu particular atenção é o dos portugueses que estão no estrangeiro e não cumpriram o serviço militar, pelo que estão na situação de refractários ou desertores. Pretendem voltar ao País, integrar-se na reconstrução do País, reencontrar o seu lugar na sociedade portuguesa. Não podem, no entanto, largar as famílias durante dois anos. São eles o sustento normal das famílias. É preciso encontrar uma solução para este problema, solução que se adivinha tanto mais fácil, quanto os efectivos do exército vão ser reduzidos substancialmente e quanto o exército vai passar a ser uma grande força de paz e de reconstrução nacional.

Enfim, um enorme mundo de problemas continua a assaltar os portugueses que vivem em França. Eles foram as vítimas de uma política económica e social a que foi posto um fim no 25 de Abril, mas cujos resultados ainda pesam e pesarão por muito tempo.

Estamos a construir um País novo, um País para todos os portugueses. Nesta construção os emigrantes têm um lugar prioritário nas preocupações de todos e aos poucos tudo se começará a resolver.



FUTEBOL nacional

NÃO HOUE TRANSFERÊNCIAS SENSACIONAIS...

Em matéria de transferências tudo esteve muito calmo. A mais falada terá sido efectuada há escassas semanas e refere-se à saída, para o Benfica, de um miúdo do Barreirense (Chalana, 16 anos) que, segundo rezam as crónicas, é mesmo «craque», custou cerca de 800 contos e apenas recebeu 30 de luvas e 4 de ordenado mensal... Mas a escassez de mudanças de camisolas tem uma explicação: os clubes — praticamente sem excepções — vivem com grandes dificuldades financeiras. Antes do 25 de Abril, essas dificuldades eram camufladas por alguns empréstimos bancários, por dádivas dos grandes capitalistas ou, inclusive, por subsídios estatais. Simplesmente, o 25 de Abril desmascarou muita mentira: e uma delas foi a dos clubes desportivos que gastavam o que tinham... e não tinham. Agora, os bancos não emprestam, os grandes capitalistas andam aflitos, o Governo prefere investir em obras muito mais úteis e urgentes. Como resultado prático, surge o fim das loucuras que se cometiam em matéria de transferências, a redução no número de profissionais em cada clube, uma maior consciência do caminho errado que se estava a seguir.

...MAS HOUE «CASOS»

Casos: primeiro o do Académica/Académico. Os estudantes de Coimbra resolveram que a sua Associação não deveria servir para capa de um futebol altamente profissionalizado e que, em contrapartida, deveria proporcionar a todos os estudantes a prática efectiva do desporto, em regime de puro amadorismo. Os adeptos da Secção de Futebol da Académica, que pretendiam a continuação da equipa nos moldes anteriores, resolveram então fundar um clube — o Clube Académico de Coimbra — que, na prática, substituiu a Académica. Colocou-se então a questão da legalidade da ocupação do lugar na I divisão nacional por parte do Académico. Depois de despachos desfavoráveis à pretensão do clube

dos «casos» do defeso aos primeiros pontapés...

Como sempre, os Campeonatos Nacionais de Futebol não começaram, esta época, com a primeira jornada, realizada em 8 de Setembro. Antes disso, há os habituais jogos de secretaria. Este ano, à falta de transferências sensacionais, houve «casos».

de Coimbra — que motivaram algumas atitudes e manifestações algo exageradas por parte dos seus adeptos — o Conselho Superior de Justiça da F.P.F. resolveu considerar o Académico como directo sucessor da Académica. E assim ficou o clube de Coimbra na I divisão.

Entretanto, começou a falar-se na questão do possível alargamento da I divisão de 16 para 20 clubes, número manifestamente exagerado. Bastará compará-lo com o que se passa nos outros países, com muitos mais clubes, população e área. Havia vários clubes interessados nesse aumento — o que lhes permitiria subir de divisão — e as Associações acabaram por votar o alargamento num célebre congresso onde até houve quem dissesse que considerava «tão legítimo abater a tiro, na estrada, um assaltante, como o público aplicar sanções, por suas mãos, ao homem vestido de preto»! (Nota: quem fez esta afirmação foi, a seguir, saneado do futebol...). Felizmente, uma acção decidida do Secretário de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar anulou a decisão do Congresso e pôs ponto final num caso que ameaçava tornar-se muito grave (havia clubes que até já ameaçavam não participar caso houvesse alargamento...).

E, finalmente, começou a jogar-se. Não sem que, antes, se desencadasse uma grande campanha visando a disciplina nos campos de futebol. Afirmava, designadamente, um despacho da Secretaria de Estado dos Desportos: «Tem-se clara cons-



Chalana treinando

ciência de que o comportamento do público nos estádios é mais uma manifestação do aproveitamento que o fascismo fez do espectáculo desportivo, transformado, como o circo dos romanos, em factor de adormecimento da consciência colectiva do País, em elemento de diversão dos verdadeiros problemas das gentes. Os campos de futebol eram locais onde o regime deposto gostava de ver as grandes multidões que a eles acorrem dar vazão ao seu recalçado sentimento de revolta, funcionando como válvulas de escape que permitiam a quem não podia protestar contra as injustiças e imoralidades autênticas — couraçadas e protegidas por todas as forças do aparelho repressivo —, protestar violentamente, uma vez por semana, contra o árbitro, contra a equipa adversária, contra o vizinho do lado. Também por aqui passava o processo de degradação dos valores humanos através da deterioração do significado das competições desportivas e do próprio espectáculo desportivo.» Agravaram-se, então, as penas a aplicar a actos de indisciplina nos campos de futebol (inclusive: um clube cujos adeptos provoquem distúrbios graves é obrigado a colocar vedação à volta do rectângulo do jogo) e nomeou-se uma comissão a fim de estudar e propor medidas tendentes a garantir a segurança nos recintos desportivos.

O CAMPEONATO

Pois o Campeonato Nacional da I Divisão aí está. Um campeonato diferente, um campeonato em liberdade. Disputadas as primeiras jornadas, o equilíbrio é grande, as surpresas vão surgindo. A principal será a má posição do actual campeão nacional, o Sporting, que não foi feliz com a contratação do célebre Di Stéfano (que substituiu Lino), demasiado «senhor de si», muito dado a conflitos e que, à primeira jornada do campeonato deixou o clube («récord») e regressou a Espanha. Osvaldo Silva tomou conta da equipa, mas, entretanto, esta foi eliminada da Taça da Europa (contra o Saint Etienne, campeão de França), perdeu com o Olhanense (1-0) e com o Guimarães (1-0, em casa) e está um tanto afastada dos primeiros lugares.

O Benfica parece querer reencontrar-se. Está muito diferente (para melhor) em relação à época passada, pratica um futebol diferente, apoiado, total (como lhe chamam), é o principal favorito deste «nacional», quanto mais não seja pelos jogadores que possui (dos quais



Di Stéfano



Sporting-Porto

Humberto está em excelente condição e um marcador de golos surpreendente — é raro passar um jogo sem marcar).

O F. C. do Porto é o principal adversário dos benfiquistas. A equipa, sem dar muito nas vistas, vai ganhando e lá está, nos lugares cimeiros. O Vitória de Guimarães tem sido a grande surpresa deste campeonato. Para além da vitória em Alvalade, e do empate nas Antas, é a regularidade a sua melhor arma. Isto se não considerarmos o seu «artilheiro» Jeremias, o novo reforço brasileiro que, quando chegou, disse que já tinha estudado o regulamento da «Bola de Prata» e... não tem falhado.

O Vitória de Setúbal, apesar de bem classificado, tem desiludido. No

entanto, o regresso ao futebol apoiado que praticava com Pedroto, parece estar na origem de uma melhoria. Também bem classificados seguem Farense e Boavista, o primeiro a fazer um bom campeonato e o segundo — que se reforçou com o treinador Pedroto e alguns jogadores — a desiludir um tanto.

E assim vai este campeonato. Um campeonato que deixou de ser tema de todas as conversas e preocupações de um povo que, agora, começa a interessar-se por outros problemas colocando o futebol na sua verdadeira dimensão: um bom espectáculo, uma boa distração de fim-de-semana.

Manuel Arons de Carvalho

este mês aconteceu...

CAMPANHA CONTRA PORTUGAL

NOVEMBRO

1

SEXTA-FEIRA

O consulado-geral português tem-se visto obrigado nas últimas semanas a desmentir os mais variados boatos sobre a economia nacional, bem como sobre a situação política portuguesa. Para estes boatos, como para todos os outros contribui a falta de informação e sobretudo a informação deturpada dirigida aos emigrantes portugueses em França. Estes rumores levaram já muitos emigrantes a fazerem os seus depósitos em França e a não transferir o dinheiro para Portugal. Mas não só. Condições vantajosas têm sido oferecidas pelos bancos para depósitos naquele país.

O CONSULADO E OS BOATOS

Durante a última semana, os mais diversos pedidos de esclarecimento chegaram ao consulado geral de Portugal, em Paris. Porque a uns foi dito que o País iria declarar bancarrota, a outros que o dinheiro dos emigrantes ir-lhes-ia ser retirado, a outros ainda que não podiam fazer uso do seu dinheiro e que o Estado iria relevar, nas suas terras, o montante que possuíam. Neste sentido, tem-se orientado a acção do consulado-geral junto dos emigrantes portugueses. Graças a esta acção, muitos dos trabalhadores portugueses têm confiança na sua palavra, e interrogam-no, frequentemente, sobre os boatos, quer pessoal, quer telefonicamente. Registe-se que, durante o último fim de semana, na fábrica Renault, após usarem da palavra o alferes Geraldês em nome do M.F.A. e o Secretário-Geral da Emigração, eng.º Pedro Coelho, os trabalhadores presentes quiseram que o Cônsul usasse da palavra e debatesse com eles os seus problemas.

«Só com uma informação forte podemos combater os boatos que diariamente se espalham», afirma alguém afecto à diplomacia portuguesa em Paris.

UMA HOMILIA

A origem dos boatos que correm entre os trabalhadores portugueses emigrados em França não

é conhecida; no entanto, há cerca de 20 dias, o padre católico, Martins, na igreja de S. Maure, teria — segundo o emigrante com quem falámos e cujo anonimato nos foi por ele pedido — dito aos seus fiéis que «não enviassem o dinheiro para Portugal, mas que o depositassem no Banco do povo, o Banco Pinto & Sotto mayor».

A verdade é que graças a estes boatos, a certas pressões e a artigos inseridos no jornal «Portugal Popular», que afirmam nomeadamente: «todas as cartas que recebemos reflectem as preocupações, e muitas, dos nossos emigrantes, que face aos acontecimentos em Portugal nestas últimas semanas, declaram o seu desacordo em relação às soluções extremas que certa minoria politizada tenta impor ao País». E continua, transcrevendo uma carta: «quando é que finalmente, se lembram em Portugal de consultar um dicionário e aprender o verdadeiro significado da palavra democracia. Não estamos dispostos, por erro de interpretação, a reiniciar uma longa marcha suportando, como até agora sucedeu, o peso das algemas das correntes». E termina com a transcrição de outra carta: «espero que não adiem as eleições por tempo indeterminado, copiando o sistema das repúblicas socialistas, onde o voto é antidemocrático e onde todos se têm de contentar com o que os que se arvoram em chefes escolhem por eles. E quando não estão contentes com a escolha os tanques (não nos podemos esquecer do exemplo húngaro) fazem-nos ficar contentes. Será este o exemplo da democracia?». Assina o artigo, em questão, António Pardal, director do jornal.

A ofensiva de boatos ultimamente desencadeada põe em risco os envios de dinheiro para Portugal levando alguns emigrantes a levantarem a hipótese de retirar do país o dinheiro para o colocarem na Suíça, hipótese já esboçada por alguns finalmente dissuadidos por funcionários bancários e pelo consulado-geral que os puseram ao corrente da situação política e económica do país bem como do respeitante aos boatos.

MELHORIAS NO SECTOR DA SEGURANÇA SOCIAL

Passam a ter direito à pensão de velhice as trabalhadoras por conta de outrem das actividades agrícolas, silvícola e pecuárias das áreas abrangidas por Casas do Povo que cessaram a prestação de trabalho antes de 1 de Janeiro de 1971. Esta importante medida, agora consagrada por um despacho do secretário de Estado da Segurança Social, beneficiará todas as trabalhadoras que comprovem, através de atestado passado pela autoridade administrativa local, haverem exercido algumas das referidas ocupações durante os últimos cinco anos de actividade habi-

tual e terem mais de 70 anos de idade.

Um outro despacho do respectivo secretário de Estado vem melhorar acentuadamente os esquemas de segurança social da classe piscatória.

Assim, os subsídios mensais concedidos pelo Fundo de Protecção aos Pescadores Inválidos, que em 1 de Janeiro do corrente ano eram de 200 escudos, foram elevados, com efeitos a partir de 1 de Outubro, para 500 escudos.

Outra medida aprovada foi a instituição, a partir de 1 do corrente, de

subsídios pecuniários de doença (geral e tuberculose) no esquema regulamentar dos regimes de previdência dos sócios efectivos das Casas dos Pescadores.

Por outro lado, também por despacho demandado da mesma fonte, passou a ser concedida a pensão de sobrevivência aos familiares de todos os beneficiários falecidos que tenham estado abrangidos pelas Caixas de Previdência, qualquer que seja a data do falecimento.

Diário de Lisboa, 7 de Nov.

O M.P.L.A. CHEGA A LUANDA

LUANDA, 8 (Pelo telefone, do nosso correspondente, Agnello Paiva) — A partir de hoje, a luta política em Angola passará a alcançar outra dimensão com a chegada de Lusaca de elementos do M.P.L.A. que, em Luanda, vêm inaugurar a sua sede, terminando, assim, a clandestinidade das suas células na capital e nas outras cidades angolanas.

Hoje, nesta cidade, a paralisação do trabalho foi quase total nas actividades industriais e comerciais.

Os estabelecimentos escolares também não funcionaram e milhares e milhares de indivíduos, de ambos os sexos, predominantemente angolanos, deslocaram-se de várias localidades deste território, a fim de assistirem ao referido acontecimento.

LUANDA, 8 (última hora, pelo telefone) — O avião da Air Zambia só aterrou às 13 horas. Mais de 70 mil pessoas invadiram a área do aeroporto e ruas que o servem. Levou uma hora para os membros da delegação conseguirem sair do avião. O povo, sob uma temperatura de 37° ao sol, aguardou durante 4 horas por esse momento. O avião foi tomado de assalto, nas asas e na cauda.

Entretanto, empurrões, gritos e aplausos à mistura demonstravam que este acontecimento representa o encontro de um povo que durante 13 anos aguardou tal momento.

O autocarro que transportou a delegação foi tomado de assalto e no seu tejadilho dez homens



empunhavam bandeiras do M.P.L.A. em gigantescos cartazes.

Usou da palavra o chefe da delegação, Lúcio Lara, que dirigiu a primeira saudação ao povo de Angola, agradecendo a imponentíssima manifestação, como jamais se realizou nesta cidade.

«Diário Popular», 8 de Novembro

OS LAVRADORES DISCUTEM O ARRENDAMENTO RURAL

Reuniram-se no edifício do extinto Grémio da Lavoura de Braga centenas de lavradores para apreciarem a proposta do arrendamento rural, tendo decidido pedir ao Governo a suspensão da mesma que, segundo os lavradores não teve em conta as particularidades daquela região **que neste momento atravessa uma crise difícil.**

Bem diferente é o caso dos rurais do distrito de Beja, que assinaram uma convenção colectiva de trabalho e que, segundo portaria do Ministro do Trabalho passam a trabalhar

45 horas semanais, com o seguinte salário: tractoristas — 190\$00/diários; indiferenciados — 160\$00; mulheres — 120\$00. Estes salários

correspondem à vontade dos trabalhadores, como já noticiámos.

Ficaram acordadas outras cláusulas importantes, quanto a férias, a trabalho, nocturno e a não prestação de trabalho por motivos climáticos. O pagamento dos novos salários tem efeito retroactivo a partir de 1 de Outubro e será revisto em 30 de Setembro de 1975. Ficam assim igualados, em condição de contratação, todos os rurais dos três distritos alentejanos.

República, 8 de Nov.

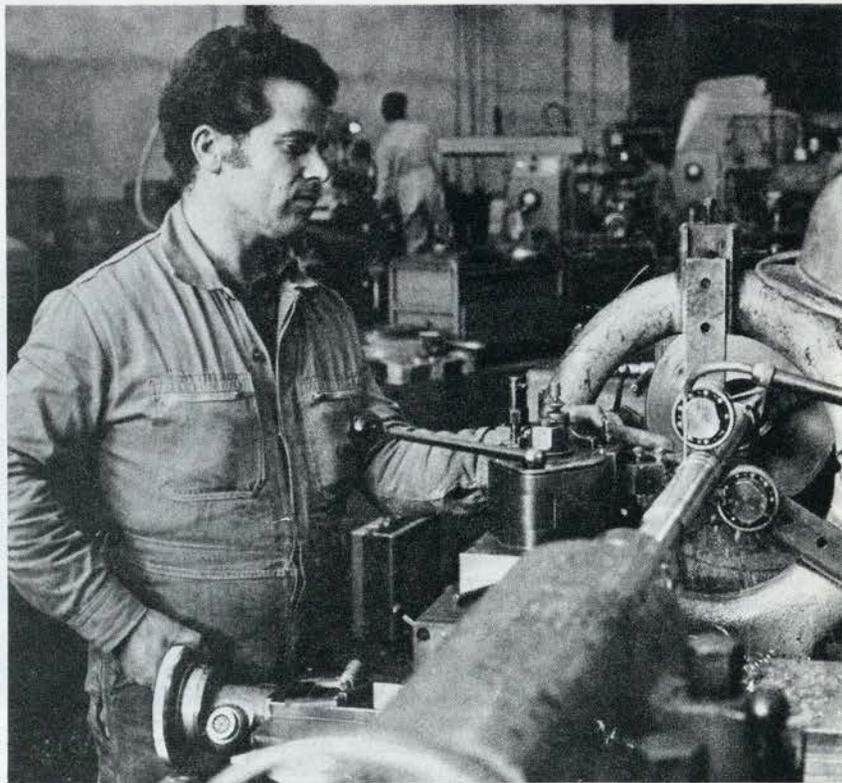
REPRIMIDOS OS DESPEDIMENTOS SEM JUSTA CAUSA

...Os despedimentos sem justa causa podem originar a intervenção directa do Estado nas empresas privadas, e até mesmo a sua nacionalização, segundo se infere do articulado de um decreto-lei hoje publicado no «Diário do Governo», e que entra imediatamente em vigor.

O diploma fixa normas sobre a assistência do Estado às empresas privadas, individuais ou colectivas, que não funcionem em termos de contribuir normalmente para o desenvolvimento económico do País, as quais poderão ser assistidas pelo Estado na obtenção dos meios financeiros indispensáveis ao seu regular funcionamento, e, caso necessário sujeita a intervenção directa daquele na sua gestão.

O encerramento ou ameaça de despedimento, total ou de secções significativas da empresa, ou despedimentos efectivos ou eminentes de parte importante do pessoal, sem justa causa, o abandono de instalações ou estabelecimentos, a descapitalização ou desinvestimento significativos e injustificados, além de outros aspectos, contam-se entre as causas que podem motivar a intervenção do Poder nas empresas privadas. Essa intervenção pode revestir formas diversas, nomeadamente a instauração de inquéritos às administrações e exigências de responsabilidade civil e criminal às mesmas, além de poder provocar a nacionalização das próprias empresas, sempre que os superiores interesses colectivos o justifiquem.

A intervenção do Estado na gestão das empresas, incluindo a sua



nacionalização será decidida em Conselho de Ministros, segundo se prevê neste decreto. Simultaneamente está aberta a possibilidade de os empresários solicitarem a cessação da inter-

venção do Estado nas suas empresas, sempre que apresentem motivos justificados.

Diário de Lisboa, 26 Nov.

PROBLEMAS NA AGRICULTURA EM VIRTUDE DA SECA

Segundo estimativas já feitas sobre as colheitas deste ano, passíveis de rectificação, a seca que se verificou a partir de Abril criou situações de certo modo críticas na agricultura, vindo a afectar o rendimento de alguns produtos básicos da alimentação portuguesa.

Foi o gado uma das principais vítimas, pelas pastagens e culturas forrageiras que escassearam (não rebentou a erva nem o nabo se desenvolveu suficientemente), sendo a alimentação feita à base de palhas, fenos e rações industriais.

Na generalidade o índice de produção sofreu um sensível decréscimo, sendo de realçar, no entanto, o aumento de 25 a 31 por cento, relativo ao ano anterior, na produção de vinho, o que não pode, de forma alguma, deixar de se considerar uma nova agradável.

DA BATATA AO FEIJÃO

Este ano não teremos problemas de grão-de-bico: está calculada uma produção de 15 mil toneladas, o que representa mais 16 por cento do que na última colheita.

A seca veio favorecer culturas de terreno pobre, como o centeio dos



planaltos nortenhos, cuja produção se cifra este ano em 155 mil toneladas, mais 16 por cento do que no ano transacto.

Culturas como a do tomate e melão, especialmente afectas à estia-gem, baixaram de produção, o mesmo se podendo dizer do milho, produção estimada em 130 mil toneladas (menos 15 por cento que o ano passado) e do feijão, com uma produção prevista para 14 mil toneladas (menos 20 por cento que no ano anterior).

A batata, cujo cultivo mais intenso se situa em Viseu e Castelo Branco, teve este ano um aumento superior a 3 por cento, cifrando-se assim a sua produção em 1 117 000 toneladas.

Os olivais, afectados pela seca, apresentam uma produção inferior em 3 por cento à do ano passado.

A surpresa, no entanto, está no vinho, cuja produção ascende este ano a 13 803 milhões de litros, acréscimo que cria já sérias dificuldades aos produtores pela insuficiência de vasilhame.

Diário de Lisboa, 2 de Dez.

RECENSEAMENTO OBRIGATÓRIO PARA OS ELEITORES

Começa hoje em todo o País (Continente e Ilhas Adjacentes) o recenseamento dos eleitores da futura Assembleia Constituinte.

A operação, de que estão incumbidas as comissões de recenseamento nomeadas em cada freguesia, inicia-se às 19 horas, já que o horário do trabalho dessas comissões é das 19 às 23 horas, de segunda a sexta-feira, e das 9 às 12 e 30 e das 15 às 20, anos sábados e domingos, na maioria dos casos.

O recenseamento será feito nas sedes das Juntas de Freguesia e, nos casos em que isso se justifique, em postos dispersos por vários pontos da zona territorial da freguesia. Quanto ao horário, prevêem-se tam-

bém algumas excepções, como, por exemplo, na Amadora, cuja comissão pretende instalar postos de funcionamento diurno, durante a semana, em locais muito frequentados: proximidade da estação de caminho-de-ferro, mercado, etc.

Lembramos aos nossos leitores o carácter obrigatório do recenseamento de todos os cidadãos, homens ou mulheres, que, não abrangidos pela lei das incapacidades cívicas recentemente publicada ou não interditos judicialmente, tenham já completado ou completem 18 anos até 28 de Fevereiro do próximo ano. Lembramos ainda que, ao contrário da legislação em vigor noutros tempos, poderão votar todos os indiví-

duos que não sabem ler, pelo que o seu recenseamento é também obrigatório.

O QUE SE DEVE FAZER

Todos os eleitores deverão pedir nas juntas ou nos postos de recenseamento das suas freguesias, os verbetes de recenseamento. Depois de convenientemente preenchidos, pelo próprio ou, no caso dos analfabetos, por qualquer outra pessoa que fica solidária com o eleitor na

DEZEMBRO

2

SEGUNDA-FEIRA

DEZEMBRO

9

SEGUNDA-FEIRA

responsabilidade do que no verbete se declarar, esses impressos serão entregues nos locais acima referidos — Junta de Freguesia ou postos de recenseamento.

O preenchimento poderá ser feito também por outra pessoa, no caso de ausência ou impedimento físico

temporário do eleitor. A entrega poderá, em qualquer caso, ser feita por outrem, que, na qualidade de apresentante, igualmente se solidariza com o recenseado na responsabilidade da declaração.

O período de recenseamento termina no próximo dia 29.

O não recenseamento de qualquer cidadão no uso dos direitos de eleitor ou o seu duplo recenseamento, na mesma freguesia ou em freguesias diferentes, está sujeito a penalidades legais.

«República», 9 de Dez.

A QUEM PERTENCEM OS BALDIOS?

Findar com as injustiças para as populações rurais, resultantes da submissão obrigatória ao regime florestal de todos os baldios existentes a norte do rio Tejo, preservando e aumentando embora a riqueza já criada — eis o objectivo de um diploma legal, sujeito a discussão pública, no qual se prevê a participação dos povos interessados na administração desse bem colectivo, assim como a sua comparticipação nos rendimentos da exploração em comum dos baldios.

Resumidamente, a proposta de diploma em discussão pública, até ao dia 20 do corrente mês, prevê:

a) Que as apropriações efectuadas nos últimos 48 anos contra os legítimos interesses dos povos serranos, sejam anuladas de modo a que esses terrenos voltem ao anterior regime de baldio. É do espírito do projecto do diploma que na recuperação desses baldios indevidamente apropriados sejam respeitadas todas as cedências efectuadas a título social;

b) Que para participar na administração dos baldios os povos possam organizar-se em associações de utentes. Estas, por sua vez, devem

ser constituídas de uma forma claramente democrática, devendo intervir na nomeação dos seus representantes apenas os legítimos desses baldios.

c) Que na administração dos baldios os povos serranos possam optar, por sua livre vontade, por uma das três modalidades de gestão seguintes:

- directamente através das suas próprias associações;
- em associação com o Estado;
- por arrendamento ao Estado.

OS BALDIOS E A ECONOMIA DAS POPULAÇÕES SERRANAS

A arborização dos terrenos baldios feita pelo Estado não veio ao encontro dos verdadeiros anseios das populações que tradicionalmente vinham utilizando esses terrenos, pois apressou a destruição da sua já débil economia, principalmente apoiada na exploração pecuária e cultura cerealífera, para as quais foram rareando cada vez mais os espaços livres.

Mesmo quando tal não acontecia, tudo era decidido à margem da vontade das populações serranas, geran-

do-se forte animosidade contra os Serviços Florestais e o que é mais grave, contra a existência da própria floresta.

De facto, os aspectos positivos de que a arborização se reveste — protecção e conservação do solo, normalização do regime hidrológico, aumento da produção lenhosa e outros — eram, forçosamente desprezados pelas populações, dada a forma como o processo se desenrolou e a ausência total de qualquer contrapartida à destruição das formas tradicionais de economia.

Todavia e apesar desses elevadíssimos custos, essa riqueza está criada pelo que compete à nova sociedade portuguesa, que se pretende criar, saber preservá-la e aumentá-la, sem que daí venham mais sacrifícios e injustiças para os povos serranos.

«República», 11 de Dez.

AUXÍLIO AMERICANO AO GOVERNO PORTUGUÊS

O programa de assistência económica e financeira norte-americana significa um apoio real por parte do Governo dos E. U. nos esforços portugueses de reconstrução duma sociedade livre e democrática.

Os principais elementos da presente fase de assistência económica e de cooperação são os seguintes:

— O Governo norte-americano assegurará um empréstimo de 20 milhões de dólares destinado a apoiar

as actividades no sector da construção civil.

— Apoio por parte de técnicos norte-americanos no campo da agricultura, transportes, administração pública, educação e saúde, por períodos limitados de tempo e sem despesas para Portugal, quando solicitado pelo Governo português.

— Oferta de especializações e visitas de estudo aos E. U. a técnicos e estudantes portugueses, de acordo com as necessidades portuguesas.

— O Import. Export Bank apoiará o financiamento de pedidos portugueses relativos à importação de bens e serviços norte-americanos.

— Para além da assistência bila-



teral e a solicitação do Governo português, os E. U.:

a) Apoiarão Portugal em organizações internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a O.C.D.E.;

b) Impulsionarão outros países amigos a cooperar com Portugal, tanto bilateralmente como em ligação com os E. U.

Os ministérios competentes dos dois Governos começarão imediatamente a trabalhar nos detalhes do programa, a fim de este entrar em imediata execução.

Além das actuações referidas anteriormente, a administração norte-americana dará todo o apoio à proposta de auxílio a Portugal feita ao Congresso. O conteúdo desta proposta autorizará a concessão de empréstimos reembolsáveis e não reembolsáveis, a ser divididos em partes iguais entre Portugal e os antigos-actuais territórios africanos sob administração portuguesa.

Na continuação dos contactos entre o Presidente Costa Gomes e o Presidente Gerald Ford e o Secretário de Estado H. Kissinger, os Governos dos E. U.-Portugal acor-

daram que seria entregue um documento de apoio e confiança dos E. U., relativamente ao futuro de Portugal.

Dentro das possibilidades imediatamente disponíveis, o Governo dos E. U. prontificou-se a iniciar um programa de assistência económica e cooperação nos sectores e áreas a seguir referidos, definidos como prioritários pelo Governo português: construção civil, agricultura, transportes, educação, saúde, administração pública e nas áreas de cooperação económica e financeira.

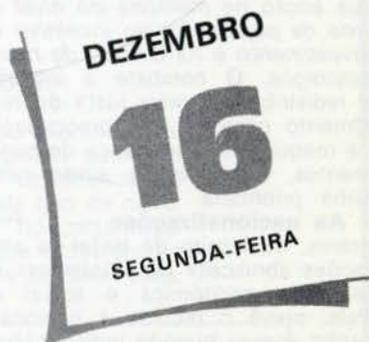
«República», 14 de Dezembro

TELEFONES AUTOMÁTICOS ENTRE LISBOA E A R.F.A.



Entrou em funcionamento às primeiras horas de hoje um serviço telefónico automático entre Lisboa e a República Federal Alemã, como já existia para a França, a Espanha e o Mónaco. A rede abrange todos os postos de Lisboa começados por 21, 219, 251, 253, 276,3 (excepto 31 e 38), 4, 5, 6, 7 (excepto 70 e 749) e 8.

As ligações fazem-se através de um número composto pelo indicativo da Central Internacional Automática de Lisboa, primeiro, seguido do indicativo do país e do da zona em que se situa o posto e, finalmente, o número da Alemanha pretendido.



As vantagens da nova ligação automática têm, no entanto, um preço: um escudo por cada dois segundos e meio de conversa. Pense duas vezes antes de telefonar...

«Diário de Lisboa», 16 de Dezembro

APROVADO O PLANO DE MEDIDAS DE EMERGÊNCIA

O Conselho de Ministros de ontem aprovou, na generalidade, o **Programa de Política Económica e Social**, elaborado por uma equipa governamental a que presidiu o ministro sem pasta Melo Antunes. Segundo o relato da Imprensa da manhã, o debate teria sido «muito vivo».

Apesar da aprovação na generalidade, o documento preparado pela equipa *ad hoc* governamental suscitou — e continuará a suscitar, tudo o leva a crer, viva discussão a nível do Governo e fora dele, já que não são unânimes os pontos de vista quanto às medidas previstas para desbloquear a economia nacional e para despoletar as tensões sociais cujo agravamento é previsível nos próximos meses.

Embora o conjunto de medidas perspectivadas no Programa se revista de certa moderação, determinados sectores com importantes responsabilidades a nível de Governo apontam muitas dessas medidas como ineficazes, já que a preocupação excessiva de não introduzir reformas drásticas irão — no dizer desses sectores — ser postas em choque com a precária realidade da situação económico-social, transferindo apenas de alguns meses choques previsíveis a diversos níveis.

Os sectores defensores do Programa defendem-se da acusação de haverem elaborado «um programa social-democrata», reafirmando a necessidade de um frio realismo na análise da situação política interna e dos condicionalismos externos,

evitando assim medidas que tal situação tornaria inexecutáveis.

As divergências vindas a lume em Conselho de Ministros e fora dele radicam, grosso modo, nestas duas perspectivas — e embora se não possa, com verdade, falar em crise interna no Governo, parece evidente, apesar dos esforços das declarações públicas, que as discordâncias são profundas, neste como noutros aspectos da política governamental.



O PROGRAMA DE POLÍTICA ECONÓMICO-SOCIAL

Programa de intenções, mais do que Plano, o texto preparado pelo grupo *ad hoc* governamental é, na sua maior parte, a junção de planos de acção preparados já há alguns meses pelos diversos departamentos governamentais e que as circunstâncias políticas de antes do 28 de Setembro haviam levado ao congelamento.

Esquema das prioridades — Segundo as intenções políticas expressas no Programa, prioritariamente o Governo deverá fazer incidir a sua acção na *melhoria do nível de vida da população, no incentivo ao investimento e na criação de novos empregos*. O combate à inflação, a redistribuição mais justa do rendimento nacional e a preocupação de reequilíbrio da balança de pagamentos, inscrevem-se ainda nesta linha prioritária.

As nacionalizações — O Programa, no intuito de evitar as alterações «bruscas» ou «violentas» na realidade económica e social do País, prevê o recurso à nacionalização apenas quando indispensável, ainda que o Estado, para neutralizar a retracção do investimento privado, pretenda fomentar o investimento público, nomeadamente nos sectores dos transportes e comunicações, habitação social, agricultura e indústria.

Para proteger o investimento privado, prevê-se a adopção de regras

precisas e concretas que enformem a sua acção no conjunto da economia portuguesa e apenas em casos extremos se admite a ingerência do Estado na vida das empresas.

Investimentos estrangeiros — O Estado aceitará o investimento externo que possa contribuir para o crescimento da economia, mas nova legislação será criada com o objectivo de disciplinar e enquadrar os investimentos estrangeiros, prevenindo-se ainda a criação de um Instituto do Estado que superintenderá tais investimentos.

Sector industrial — Através de eventuais aumentos de capital ou adquirindo as partes sociais das empresas em causa (com o objectivo de nelas garantir uma participação nunca inferior a 51 por cento) o Estado irá assegurar o controlo dos sectores básicos da infra-estrutura económica do País. Indústrias extractivas e transformadoras serão abrangidas por tais propósitos: petroquímica, petróleos, electricidade e gás, aço, tabacos, laminagem e folha de flandres.

O Estado participará maioritariamente no capital de uma empresa unificada de transportes marítimos e criará uma empresa pública para coordenar o sector das pescas.

Política fiscal — Embora medidas importantes apenas sejam previstas a longo prazo (como a criação de um imposto progressivo sobre o rendimento das pessoas físicas e imposto único sobre as pessoas colectivas, de um imposto de transacção sobre o valor acrescentado e de um imposto sobre riqueza), os

pontos fundamentais da política fiscal programada, tendo por objectivo a simplificação do sistema actual, são o combate à evasão fiscal, a progressividade do imposto complementar sobre as sociedades em geral, a identificação das acções ao portador, o agravamento dos impostos indirectos sobre bens de consumo não essenciais, o agravamento do imposto de sucessões e doações, a revisão da taxa de contribuição predial e de sisa, etc.

Medidas respeitantes à banca — Criação de um Conselho Consultivo de Crédito e de uma Comissão de Coordenação das instituições de crédito do sector público e controlo, pelo Estado, do Crédito Predial Português.

Outras medidas previstas — No que diz respeito à *agricultura*, aplicação da lei do arrendamento rural. No que diz respeito à *política de solos*, municipalização do solo urbano. *Nova legislação sobre sociedades* que garanta, por intensa fiscalização, a defesa dos interesses da comunidade e os interesses dos accionistas minoritários. Será definida a *participação dos trabalhadores* em órgãos de fiscalização e vigilância das empresas. Criação de um Instituto de Gestão das participações financeiras do Estado e do Instituto Nacional de Promoção Industrial. O Programa Económico-Social destina-se, basicamente, ao ano de 1975, embora com projecções para 1976, 1977 e 1978 — o que vai além, na sua duração, do tempo de vigência do Governo Provisório.

«República», 21 de Dezembro

INDEPENDÊNCIA DE S. TOMÉ EM 12 DE JULHO DE 1975

Com a assinatura da acta de transmissão de poderes para o Governo de Transição de S. Tomé e Príncipe, o Governo Português ultrapassou mais uma etapa do processo de descolonização desencadeado depois do 25 de Abril.

Após a assinatura da acta, que se efectuou, no sábado passado, em S. Tomé, na salão de honra do Palácio do Governador, Leonel de Alva, o novo primeiro-ministro proferiu um discurso em que observou:

«É preciso não confundir a criação do Governo de Transição com a independência, porque até 12 de Julho de 1975 a ilha continua uma colónia portuguesa.»

E acrescentou: «Só então poderemos eleger livremente os nossos representantes tanto nos órgãos legis-

lativos como executivos do nosso país.»

Leonel de Alva, em relação aos estrangeiros que vivem no país, afirmou que o seu Governo garantirá a sua segurança física e a conservação dos bens legitimamente adquiridos.

Aos trabalhadores prometeu «salário igual para trabalho igual».

Exortou ainda os comerciantes portugueses e não portugueses, e os gerentes das empresas a permanecerem no país.

«O fruto do vosso trabalho será respeitado e garantido», disse.

Quanto à política do Governo de Transição, o primeiro-ministro afirmou a disposição de respeitar rigorosamente as resoluções do Acordo de Argel e consagrar-se a atacar os

problemas nacionais, que são de ordem económica, cultural e social.

Leonel de Alva prometeu ainda que o Governo de Transição se esforçará por transformar as estruturas económicas do país e diminuir o índice de mentalidade por meio de uma campanha de educação sanitária e de medicina preventiva.

No seu discurso, o primeiro-ministro expressou a intenção do Governo

DEZEMBRO

23

SEGUNDA-FEIRA

de Transição de garantir a todos os trabalhadores um salário mínimo compatível com a dignidade humana e ainda a aplicação de uma justiça imparcial para todos.

A acta de transmissão de poderes foi assinada pelos elementos do Governo de Transição de S. Tomé e Príncipe e pelo governador, coronel Pires Veloso, que depois da assinatura da acta tomou o título de alto comissário.

A cerimónia assistiram o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Jorge Campinos; o secretário de Estado dos Assuntos Económicos do Ministério da Coordenação Interterritorial, Castro Fontes, e dois representantes da Junta de Salvação Nacional, António Caldas e capitão-de-fragata Cavaleiro Ferreira.

A Organização das Nações Unidas esteve representada por Younde Rifai (Síria), e o Gabão pelo ministro da

Educação Nacional e da Investigação Científica, Martin Bongo, e pelo comissário Leon Augehaut, do Partido Democrático Gabonês.

O secretário-geral do M. L. S. T. P., Manuel Pinto da Costa e os elementos do Governo de Transição, tinham chegado, sábado de manhã, a bordo de um avião do Governo Gabonês, vindos de Libreville.

República, 23 Dez.

ISENÇÃO de direitos alfandegários

Como estas coisas dão sempre muitas dores de cabeça aos emigrantes, porque geralmente estão escritas numa linguagem que não é fácil de perceber, vamos dizer-lhe o que é preciso fazer no caso de querer trazer para Portugal as suas coisas.

Assim, quanto aos bens de uso pessoal (fatos, livros, ferramentas próprias da profissão de quem as traz, máquinas fotográficas tipo Kodak, rolos de películas em pequena quantidade, etc.) fica a saber que tem o direito de os trazer sem pagar nada desde que eles sejam em quantidades normais.

Para os bens de uso doméstico (móveis, roupa de casa, máquinas de lavar, aspiradores, televisão, etc.) já é um pouco mais complicado.

Estas coisas só pode trazê-las em caso de regresso definitivo a Portugal e se trouxer consigo:

1 — **Uma declaração assinada por si**, afirmando não dispor de nenhuma casa mobilada aqui em Portugal ou nas ilhas (Açores e Madeira).

2 — **Uma relação de TODOS os objectos** que trouxer, certificada pelo cônsul de Portugal no país em que está.

Para que o Consulado lhe faça esse certificado, tem que lhe levar um documento qualquer (por exemplo as facturas com a data da compra) que prove que possui esses objectos há mais de um ano.

Se mandar as bagagens à parte, só não paga direitos por elas se chegarem 90 dias antes ou 90 dias depois da data em que você cá chegar.

Mas atenção! Na fronteira só deixam passar os rádios e as televisões sem pagar direitos, se tiver a licença da Emissora Nacional em dia.

Para ter essa licença é preciso escrever **com muita antecedência** à Emissora Nacional, explicando qual é a marca do aparelho e quais são as suas características principais e pedindo a tal licença.

E QUANTO AOS CARROS?

Por enquanto nada mudou quanto a isto.

Mesmo em caso de regresso definitivo têm ainda que se pagar os direitos de alfândega respeitantes a cada tipo de carro.

Só podem ser isentos do pagamento desses direitos os carros que estiverem na posse do condutor há mais de sete anos.

 DIFUSÃO

(a) CONSULADO-GERAL de Portugal em PARIS

CERTIFICADO DE BAGAGEM

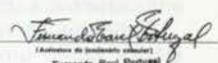


Certifico que, segundo as averiguações a que procedi, os objectos constantes da relação anexo são propriedade de Sr. D. F. _____

e fazem parte há mais de um ano do recheio da sua residência neste país.

Em fé do que, e por me ter sido solicitado, passo o presente certificado, nos termos e para os efeitos das disposições aplicáveis das Instruções Preliminares das Pastas.

Paris, aos 5 de Fevereiro de 1975.


Fernando Rêis Portugal
Consulador

Pago no âmbito de D. 20. 10X 1500
a quantia de (GRATIS)
segundo o n.º 88.º de Tabela Içada ao
importância lançada no livro de recibo sob o
n.º 3050

PAGO POR 120 DE IMPOSTO
DE 5711 (1975) 461

(a) Consulado-Geral, consulado ou secção consular.
Ann. 7.2

NATAL 1974

A Todas as crianças portuguesas emigra-
das dedico esta história que não inventei
porque é o retrato real de uma pequena
pastora que um dia vi dançar numa
aldeia do Minho. E a Todas do cora-
ção desejo um bom Natal e um novo
ano cheio de paz e de alegria

Sophia de Melo Bryner

Natal de 1974
Lialisa

A dança da PASTORA



Um inédito de
Sophia de Melo Bryner Andersen

Tem nove anos e é pastora. Vem descalça e é uma princesa. O seu nariz é fino e direito, a sua boca suavemente recortada. Os olhos são azuis, e grandes, e o cabelo loiro está penteado em caracóis sobre a testa, à moda das mulheres da serra.

Pertence ao rancho de Dem: é pastora e bailarina. Veio da serra de Arga onde nasceu. Dança como uma onda do mar pequenina. Dança a chula, a gota, o vira e outras antigas danças do alto Minho. Nos seus traços, nos seus passos, nos seus gestos, aparece uma longa tradição de nobreza que é a tradição de nobreza e de cultura do povo português.

Nunca foi preciso que alguém lhe ensinasse a dançar. Mas desde pequena viu nas aldeias bailar a gente da sua terra. E, grave e atenta, ela olhou as danças e atrás dos mais velhos começou a dançar.

Ao Domingo e nos dias de festa ela dança nos terreiros e nas eiras. Nos dias da romaria dança no adro das capelas e no alto dos Montes. E também foi dançar a Viana nas festas da Senhora da Agonia e a Âncora no dia da Procissão.

À semana, nos dias de trabalho vai com o seu gado para o monte. Então no cimo das serras, lá onde a luz é mais doirada e o ar mais puro, lá onde cheira a urze e a mel, enquanto vagos e sismadores os animais pastam sossegados, ela dança sozinha à roda dum pinheiro. E a brisa dança em roda dela.

AQUILINO RIBEIRO

AS JANEIRAS



Apinhados contra a porta silenciosa, os janeiros hesitavam. Estavam ainda todos a dormir em casa e iam dar por paus e por pedras se os acordassem. Mas a Lagartixa é que não esteve com meias medidas e intimou:

— Cantais ou eu largo? Julgais que vim aqui para ficar de boca aberta!?

— Então vá! — exclamou o Jaime com o peremptório de quem se atira de mergulho para um poço fundo.

E contra a porta cerrada, em toadilha de princípio perra, depois cerzida de esganiçamentos, atacaram:

Ó da casa, nobre gente,
Abride-nos e ouvireis
Uma história de pasmar
Passada *co* rei dos reis.

Vão-se os anos, vêm os anos,
E os anos sempre a passar;
Começemos por esta casa,
Que teve sempre que dar.

Ano Novo, ano novo,
Ano Novo, melhor ano,
Vimos cantar as Janeiras,
Como é de lei cada ano.

Vinde-nos dar as Janeiras,
Se no-las houverdes de dar,
Somos romeiros de longe,
Não podemos cá voltar.

Boas-festas, santas festas,
Está a alba a arruçar,
Venham-nos dar as Janeiras,
Que temos muito pra andar.

Nesta altura do coral estacaram. Dentro da casa continuava o mesmo silêncio imperturbável. Dormiam que nem pedras no fundo duma cisterna. Pareceu-lhes que o sol não podia estar longe, se é que a névoa o deixava romper por detrás das suas cocas enfeijadas.

Recomeçaram com alegria:

Senhora que lá está dentro,
Linda rosa encarnada,
Mande a moça à salgadeira
Dar-nos 'smola avantajada.
Uma chrouriça pra mim,
Outra *pró mê* camarada.

Dê-nos figos do sequeiro
Ou bola do tabuleiro,
Uma peça do fumeiro,
Ou da burra do dinheiro.
Se lhe custa dar-nos disso,
As castanhas do caniço.

Ó minha rica senhora,
Cumpra a sua obrigação,
Meta a mão à salgadeira,
Puxe cá um salpicão.

Se o presunto está teso
E a faca não quer cortar,
Faça-lhe ferrum-fum-fum
Nos beiços do alguidar.

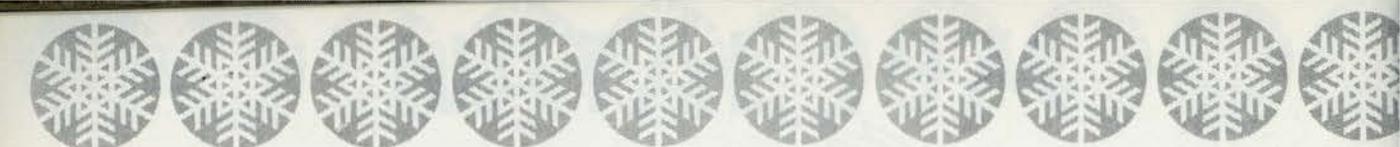
A porta rugeu nos gonzos, escancarou-se. Uma voz estremunhada, meio de riso, meio de cólera, rabujou:

— Dialho de pequenos, que nada lhes mete medo! Não podíeis vir mais tarde?! Hem, arre-lampados?

Era a criada velha, que se fazia muito fina, mas quem mandava já lá vinha embrulhada no seu roupão, nada zangada com os cantadores. A Leocádia trazia uma abada com as Janeiras, mas agora, divertida também, deixava cantarolar o rancho:

Boas-festas, boas-festas
Aqui haja neste dia,
Filho da Virgem Maria.

AQUILINO RIBEIRO — *O Livro do Menino Deus*



ANTÓNIO GEDEÃO

DIA DE NATAL

Hoje é dia de ser bom.

É dia de passar a mão pelo rosto das crianças,
de falar e de ouvir com mavioso tom,
de abraçar toda a gente e de oferecer lembranças.

É dia de pensar nos outros — coitadinhos — nos que padecem,
de lhes darmos coragem para poderem continuar a aceitar a sua miséria,
de perdoar aos nossos inimigos, mesmo aos que não merecem,
de meditar sobre a nossa existência, tão efémera e tão séria.

Comove tanta fraternidade universal.

É só abrir o rádio e logo um coro de anjos,
como se de anjos fosse,
numa toada doce,
de violas e banjos,
entoa gravemente um hino ao Criador.
E mal se extinguem os clamores plangentes,
a voz do locutor
anuncia o melhor dos detergentes.

De novo a melopeia inunda a Terra e o Céu
e as vozes crescem num fervor patético.

(Vossa Excelência verificou a hora exacta em que o Menino Jesus nasceu?
Não seja estúpido! Compre imediatamente um relógio de pulso antimagnético.)

Torna-se difícil caminhar nas preciosas ruas.

Toda a gente se acotovela, se multiplica em gestos, esfuseantes.
Todos participam nas alegrias dos outros como se fossem suas
e fazem adeuses enluvados aos bons amigos que passam mais distante.

Nas lojas, na luxúria das montras e dos escaparates,
com subtis requintes de bom gosto e de engenhosa dinâmica,
cintilam, sob o intenso fluxo de milhares de quilovates,
as belas coisas inúteis de plástico, de metal, de vidro e de cerâmica.

Os olhos acorrem, num alvoroço liquefeito,
ao chamamento voluptuoso dos brilhos e das cores.

É como se tudo aquilo nos dissesse directamente respeito,
como se o Céu olhasse para nós e nos cobrisse de bênçãos e favores.

A Oratória de Bach embruxa a atmosfera do arruamento.

Adivinha-se uma roupagem diáfana a desembrulhar-se no ar.

E a gente, mesmo sem querer, entra no estabelecimento
e compra — louvado seja o Senhor! — o que nunca tinha pensado comprar.

Mas a maior felicidade é a da gente pequena.
Naquela véspera santa
a sua comoção é tanta, tanta, tanta,
qu nem dorme serena.

Cada menino
abre um olhinho
na noite incerta
para ver se a aurora
já está desperta.
De manhãzinha
salta da cama,
corre à cozinha
mesmo em pijama.

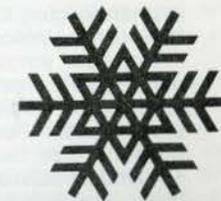
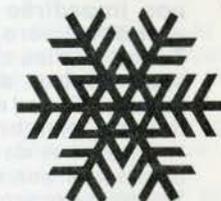
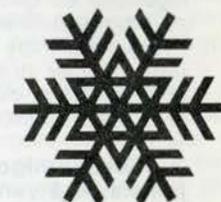
Ah!!!!!!!!!!!!

Na branda macieza
da matutina luz
aguarda-o a surpresa
do Menino Jesus.

Jesus,
o doce Jesus,
o mesmo que nasceu na manjedoura,
veio pôr no sapatinho
do Pedrinho
uma metralhadora.

Que alegria
reinou naquela casa em todo o dia!
O Pedrinho, estrategicamente escondido atrás das portas,
fuzilava tudo com devastadoras rajadas
e obrigava as criadas
a caírem no chão como se fossem mortas:
tá-tá-tá-tá-tá-tá-tá-tá-tá-tá.
Já está!
E fazia-as erguer para de novo matá-las.
E até mesmo a mamã e o sisudo papá
fingiam
que caíam
crivados de balas.

Dia de Confraternização Universal,
dia de Amor, de Paz, de Felicidade,
de Sonhos e Venturas.
É dia de Natal.
Paz na terra aos Homens de Boa Vontade.
Glória a Deus nas Alturas.



COMO NOS

VELHOS TEMPOS

Continuamos neste número a apresentar aos nossos leitores algumas amostras da propaganda que certos portugueses no estrangeiro continuam a fazer contra Portugal, pretendendo assim deitar por terra todas as conquistas que o esforço do povo português tem vindo a conseguir no caminho da democracia e da justiça social.

Todos sabemos que portugueses são esses. Basta repararmos no estilo da sua conversa. Fascistas que exploraram durante anos o povo, pides que torturaram e mataram nas prisões aqueles que tiveram a coragem de falar contra o regime de opressão dos últimos 50 anos, andam agora lá por fora a tentar convencer os ingénuos de que eles é que não-de vir resolver os nossos problemas.

Aqui vai mais um exemplo dessa propaganda, uma circular que foi distribuída aos emigrantes em Frankfurt, durante o passado mês de Setembro. Dizia assim esse papel:

«Caro amigo português: O povo unido jamais será vencido. O povo comunista será surpreendido».

Depois:

«Amigo português: não o conhecemos mas teremos gosto em contactar consigo. A nossa grande finalidade é de lhes comunicarmos as novas. Em breve será concebida uma manifestação contra o comunismo em Portugal. Em breve ser-vos-á transmitida a data e o local em Frankfurt.»

Segue:

«Querido povo, neste momento jamais nos impedirão de o fazermos. Somos um grande número espalhado por toda a Europa. Todos os dias contamos com diferentes pessoas. Muitos alemães, americanos e portugueses. Todas estas pessoas inclusive holandeses e membros da N.A.T.O.»

Os autores da circular que não se esqueceram de associar aos seus intentos o nome do general Spínola, terminam com o apelo **«Jamais seremos vencidos. Nosso poder será demonstrado»**, assinando com as iniciais P.D.P., cujo significado não conseguimos descortinar.

Por esta amostra se vê como a rede reacçãoária estava organizada antes da projectada manifestação da «maioria silenciosa» em 28 de Setembro passado. Por aqui se vê, também, como os resíduos que ficaram dessa organização podem ser ainda nocivos para a segurança de todos nós. É isto que temos que ter em conta.

AQUI PARA NÓS...

Há uma coisa que nos aborrece muito, que nós não podemos solucionar de maneira nenhuma e que só depende da atenção de cada um de vós.

Todos os dias ou quase, aparecem-nos emigrantes que se deixaram enganar por um burlão qualquer e que nessa brincadeira perdem todas as suas economias.

Quando chegarem a Lisboa, lembrem-se de que Lisboa é uma grande cidade e que vocês não podem depois encontrar a pessoa que vos enganou para lhe pedir contas.

Vamos deixar aqui alguns exemplos das histórias que eles costumam contar para vos enganar, embora possam contar muitas outras. O importante é que vocês **não acreditem no primeiro desconhecido que vos aparece a contar uma história aliciante que lhe permite pedir-vos dinheiro.**

O truque mais velho e mais vulgar é o de se fazer passar por funcionário da Secretaria: «O senhor tem pressa? Precisa dos seus documentos já? Olhe eu sou funcionário da Secretaria e faço-lhe isso mais depressa, se quiser...»

O pobre do emigrante abre a carteira e lá vai uma boa parte das suas economias pagar o suborno de um funcionário que não existe...

Alguns destes senhores chegam ao pormenor de explicar que eles são o próprio Secretário de Estado, ou o seu colaborador muito próximo!...

Outro truque: vender a cautela «premiada» com uns tantos contos... quando na realidade a cautela não vale nada.

Ultimamente tem-se verificado por várias vezes o mesmo golpe:

Um desconhecido chega ao pé do emigrante, conta-lhe que ele é também emigrante, ganha assim a sua confiança e depois, como por acaso, passa por eles um terceiro indivíduo que, como quem não quer a coisa, «deixa cair» sem dar por nada, um embrulho. O falso emigrante apressa-se a apanhá-lo, abre-o e mostra que o embrulho está cheio de notas de banco... O pobre do emigrante entusiasma-se com a ideia de ficar assim rico de repente, encarrega-se de guardar o embrulho «enquanto não se reparte o dinheiro» e dá ao desconhecido todo o dinheiro que tem no bolso «para fiança».

E depois, quando já não há nada a fazer, o emigrante é obrigado a chegar à triste conclusão de que perdeu todas as suas economias em troca de um embrulho que não tem nem uma só nota verdadeira!

Se nós vos contamos esta história não é para vos fazer rir, mas porque coisas como estas acontecem quase todos os dias com emigrantes que aqui vêm.

Por favor, e no vosso próprio interesse, **não acreditem em desconhecidos!**

Das cartas que nos escreveram...



O atraso da revista

«Venho por esta carta dizer-vos que estranho bastante não ter recebido até à data a revista «25 de Abril» de que fiz pessoalmente a inscrição durante as minhas férias em Agosto...»

Joaquim Torres
FRANÇA

Pedimos as nossas desculpas ao senhor Torres e a todos aqueles que como ele aguardavam a saída da nossa revista mais cedo.

Mas as dificuldades normais da saída de um primeiro número, que nós queríamos que fosse o melhor possível — vocês nos dirão se atingimos os nossos objectivos — complicaram-se no nosso caso com alguns aborrecimentos que não nos permitiram fazer sair a revista no prazo adequado e... prometido.

Esperamos que daqui para a frente isto nunca mais volte a acontecer!

Para que «Portugal renove»...

«É um amigo emigrante que vos escreve.

Amigos:

Indo eu passar as férias a Portugal com minha mulher e dois filhos, partimos logo directamente de Paris para Lisboa para a Festa dos emigrantes. E aí tudo correu pelo melhor.

Mas ao regressar à minha aldeia do Norte, no concelho de Vila Flor, Santa Comba de Vilarica (distrito de Braga) era tudo diferente.

Pois se é verdade que Portugal mudou e agora já é bem falado no estrangeiro, era bom que fosse mais elevado e acabasse com o resto dos malandros que vivem à custa dos infelizes e querem continuar com o jugo.

Na minha aldeia há um senhor Machado que quer dominar a aldeia e até a Câmara da vila. Comem todos juntos e fazem pouco de quem os procura para qualquer informação.

E o que se passou comigo foi isto:

O meu Pai já morreu e a minha Mãe que já está com os seus 80 anos tem lá na aldeia uma velha e pequena

casa. Ora junto a essa casa está outra desse senhor Machado, que resolveu lá meter palha.

E eu, como sei que ele não pode lá meter palha pedi auxílio à Guarda Nacional Republicana. Eles vieram, fizeram um auto contra o tal senhor e deram-lhe ordem para tirar a palha no prazo de dez dias. Resultado: ao fim de dez dias ele ainda meteu lá mais palha!

Fui logo comunicar ao comandante de posto e ele respondeu-me que já não tinha nada a ver com isso, que a Câmara tinha autorizado o homem a fazer o que ele quisesse...

Mas como ao regressar a França, encontrei na viagem um amigo com um pequeno jornal em que se dizia que a Secretaria de Estado da Emigração contava com os emigrantes e que as Forças Armadas nos dariam todo o auxílio, eu, porque preciso, pensei em fazer-vos este apelo.

Também tenho um outro problema:

Tenho aqui um genro com dois filhos e um sobrinho que já só tem a mãe e dois irmãos que vivem em Portugal. E eles não podem ir aí porque quando eram novos fugiram com medo da tropa. E hoje eles têm medo e pena pelos filhos.

Portanto eu pedia-vos, como peço que Portugal renove, que dessem um jeito a estes meus dois filhos e aos outros emigrantes como eles.

Eu peço-vos e informo-vos do que se passa para que os malandros acabem e possamos todos ter uma vida melhor.»

Francisco António Fonseca
FRANÇA

Esta carta não foi escrita directamente à redacção do «25 de Abril». Foi encaminhada para outros serviços, mas nós tivemos ocasião de a ler e não hesitámos em transcrevê-la aqui.

É verdade, Portugal mudou. Conquistas imensas foram feitas desde o 25 de Abril até agora. Os portugueses que trabalham no estrangeiro são agora olhados por todos os seus camaradas de trabalho com simpatia e carinho.

Pode-se dizer, sem ter medo de errar, que todo o mundo, dos patrões aos trabalhadores (e cada um deles por razões bem diferentes, é claro!) tem hoje os olhos postos no que se passa em Portugal.

Mas muita, muita coisa, ainda está por fazer, muitos problemas por resolver.

E esses problemas têm sempre a mesma origem: aqueles que sustentaram Salazar e Caetano durante anos e anos, que foram enchendo os bolsos à custa das suas «amizades», com os Pides e os legionários, ao mesmo tempo que calcavam aos pés todos os direitos daqueles que trabalhavam, e que continuam hoje a querer fazer a mesma coisa.

Esses não aceitarão nunca a democracia e as liberdades, a independência das colónias, como já o mostraram com os acontecimentos em Moçambique e em Angola e com o 28 de Setembro.

Foram felizmente derrotados graças à resistência de todos aqueles que querem as liberdades e que são a grande maioria do povo português.

Mas eles não desistem. Enquanto poderem tentarão voltar à carga, acabar com todas as liberdades conquistadas, assassinar milhares de portugueses, como o demonstram os sinistros planos que eles preparavam para o 28 de Setembro.

Nas aldeias, nas fábricas, nas Câmaras e Juntas de Freguesia, e mesmo nos Ministérios, muita coisa continua por fazer, muitos fascistas por sanear. É que a máquina da ditadura não era só a Pide, a ANP, a Legião, como o explicou o major Conceição e Silva, quando dirigia a «Comissão de Extinção da PIDE-DGS». A ditadura tinha

ao longo de meio século construído um Estado policial montado de alto a baixo e nos mínimos pormenores, com ramificações por toda a parte — do Ministério à fábrica.

E esse Estado policial, sabiamente montado para oprimir o povo português, não pode ser inteiramente destruído de um dia para o outro, não pode ser completamente desmantelado enquanto não forem possíveis profundas reformas de estrutura.

É esse hoje o grande problema. Lá onde os trabalhadores não tiveram a força de pôr os responsáveis na rua, eles continuam impunes a fazer o mesmo que antes.

Os trabalhadores da função pública acabam de pedir ao Governo que faça uma lei que permita sanear todos esses senhores.

Se isso for avante, talvez quando o senhor Fonseca voltar para o ano a Santa Comba de Vilariça, já não encontre lá as mesmas pessoas que «comem com os senhores Machados»...

Quanto ao problema da tropa, esperamos que a nova lei que vai publicada noutra folha desta revista, permita aos seus filhos vir a Portugal sem mais problemas.

Ainda não resolve todos os problemas, mas já é uma boa coisa, ou não?

Não esperem... escrevam!

«(...) Tenho muitos assuntos que gostaria de expor, mas isso tornar-se-ia incómodo nesta altura, pois compreendo que tudo se pode resolver, mas com o seu devido tempo.

Fico aguardando dentro em breve a recepção do, ou dos primeiros números e depois poderei apresentar progressivamente alguns pontos dos muitos que nós emigrantes, até há pouco existidos só para o envio das nossas economias, temos a expor e a ser esclarecidos.

Fico fazendo votos para que dentro em pouco todos nós possamos viver livres, orgulhosos e felizes no nosso Portugal novo e democrático.»

Carlos Nunes
ALEMANHA

Só queríamos dizer ao senhor Carlos Nunes, como aliás a TODOS os outros trabalhadores portugueses no estrangeiro, que «não deixem para amanhã o que podem fazer hoje»...

Quer dizer, não tenham medo de escrever já, dizendo-nos quais são os vossos problemas, que soluções é que vocês propõem para os resolver, etc.

É que a Secretaria de Estado da Emigração só pode tentar resolver o melhor possível, e na medida do possível, os vossos problemas, se souber muito exactamente quais são, e como é que os próprios emigrantes acham que eles deverão ser solucionados.

É verdade que há ainda muita coisa por fazer e que nem tudo se pode fazer num dia. Mas quando isso assim for, nós di-lo-emos francamente. E o simples facto de sabermos que esses problemas existem, será um estímulo para avançar na resolução daqueles que já hoje podem ir encontrando solução.

Por outro lado a revista é VOSSA. Por isso ela deve falar dos assuntos que vocês acham mais importantes. E nós só podemos saber que assuntos são esses se vocês nos disserem.

De acordo?



Vasco Gonçalves saúda os portugueses da Califórnia

No passado mês de Novembro, esteve entre nós um emigrante português na Califórnia, José Ferreira, que veio tratar de vários assuntos relacionados com a associação «Os Amigos de Lisboa», formada por famílias de portugueses residentes na Costa do Pacífico.

O sr. José Ferreira foi recebido pelo Primeiro Ministro do Governo Provisório, brigadeiro Vasco Gonçalves, e pelo Secretário de Estado da Emigração, eng. Pedro Coelho, a quem expôs os problemas gerais da emigração portuguesa naquela parte dos Estados Unidos da América, tendo levado consigo importante material de informação sobre os recentes acontecimentos no nosso país. Entre esse material, contavam-se alguns exemplares do primeiro número da revista «25 de Abril», da qual os «Amigos de Lisboa» ficaram sendo assinantes, e uma mensagem do brigadeiro Vasco Gonçalves para os portugueses emigrados nos EUA, destinada a ser radiodifundida por várias cadeias emisoras da América.

Para os «Amigos de Lisboa», aqui vão os nossos agradecimentos, bem como os votos para que continue a sua colaboração ao Portugal que todos queremos construir.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Portugal 12 meses: 180\$00; 6 meses: 90\$00

VIA NORMAL:

Estrangeiro 12 meses: 210\$00; 6 meses: 105\$00

Espanha e Brasil. 12 meses: 185\$00; 6 meses: 95\$00

VIA AÉREA:

Espanha 12 meses: 200\$00; 6 meses: 100\$00

Outros países da

Europa 12 meses: 250\$00; 6 meses: 125\$00

Brasil 12 meses: 320\$00; 6 meses: 160\$00

Restantes países fora

da Europa.. ... 12 meses: 340\$00; 6 meses: 170\$00

Todos aqueles que desejarem ser assinantes poderão enviar-nos a quantia correspondente à assinatura que pretendam, bem como o seu nome e endereço, para a

REVISTA 25 DE ABRIL

Secretaria de Estado da Emigração
Praça de Londres
LISBOA

